

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

Catarina José Chivulele

Teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: resposta à crise ecológica contemporânea

Maputo

Outubro de 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

Catarina José Chivulele

Teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas: resposta à crise ecológica contemporânea

Monografia Científica apresentada ao Departamento de Graduação da Faculdade de Filosofia da Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a obtenção do grau académico de Licenciada em Filosofia.

Tutor: *Prof Doutor* José Blaunde Patimale

Maputo

Outubro de 2025

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Catarina José Chivulele, portadora do Bilhete de Identidade nº 110206259165S, emitido pela Direcção Nacional de Identificação Civil da Cidade de Maputo, aos 15/11/2021, declaro que esta monografia é da minha autoria sob a orientação do tutor, o seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente citadas ao longo do texto e constam da referência bibliográfica. Declaro que esta monografia não foi apresentada em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico.

Maputo, aos _____ de _____ 20

(Catarina José Chivulele)

O homem perdeu a sua capacidade de prever e de prevenir. Ele acabará destruindo a terra. Sou pessimista a respeito da espécie humana, porque ela é excessivamente engenhosa, e isso não lhe pode fazer bem. A nossa atitude, em face da Natureza, é a de levá-la à submissão. Nós teríamos uma possibilidade mais favorável de sobrevivência, se nos acomodássemos a este planeta, e se o contemplássemos com um sentido de apreço e de reconhecimento, ao invés de o fazer céptica e ditatorialmente.

(CARSON RACHEL, 1962:6)

DEDICATÓRIA

Ao meu amado pai, (Atanásio Noé Nhantumbo, que não obstante não ter seu DNA, tenho seu amor e cuidado)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu bom e maravilhoso Deus, pelo dom gratuito da vida, pelo seu amor incondicional manifesto por meio de Jesus Cristo, por me ter concedido a vida e saúde, e por ter estado comigo durante a minha trajetória acadêmica, e conseqüentemente pelo estabelecimento deste momento impar.

À minha família pelo apoio nesta trajetória, sem o qual não seria possível chegar a esse dia,

Ao meu tutor, Prof. Doutor José Blaunde Patimale, pelo seu acompanhamento e ensinamentos que culminaram com a realização desta monografia.

Aos meus docentes da Faculdade de Filosofia, que desde o primeiro ao quarto ano do curso de licenciatura em Filosofia, acompanharam o meu crescimento pessoal e acadêmico.

Aos meus amigos e colegas pela colaboração, e pelas experiências trocadas e pela força mútua durante os anos de formação.

A todos o meu muito obrigado.

RESUMO

A presente monografia tem como tema Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas: resposta à crise ecológica contemporânea, este tema resulta dos problemas ecológicos causados pela interferência humana no equilíbrio dos ecossistemas ecológicos. Esta pesquisa é motivada pelo desejo de compreender a crucial missão que a comunicação voltada ao entendimento desempenha na resolução deste problema, que ameaça a base material da qual depende a vida dos seres vivos. A crise ecológica foi e é causada pela instrumentalização da natureza, pela exploração e extração irresponsável dos recursos naturais. A extração dos recursos tinha como objectivo alimentar a economia capitalista voltada ao alcance da mais-valia, que passou a produzir não apenas para satisfazer as necessidades humanas, mas para criar pseudo necessidades alimentando desse jeito o consumismo que por sua vez alimenta a produção especulativa. Nesta senda a monografia tem como objectivo geral: reflectir a crise ecológica à luz da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, e como objectivos específicos: contextualizar o pensamento filosófico-linguístico de Jürgen Habermas; caracterizar os pressupostos modernos por detrás da crise ecológica e descrever o contributo da teoria do agir comunicativo na resolução do problema da crise ecológica, para alcançar esses objectivos foi usado o método de pesquisa bibliográfica que consistiu na consulta dos principais livros relacionados com o tema, aliado a hermenêutica como técnica auxiliar para a interpretação do material consultado. A comunicação racional é um potencial recurso de reconhecimento das vítimas da crise ecológica e a inclusão das mesmas na criação de políticas de mitigação.

Palavras-chave: *natureza, capitalismo, consumismo, crise ecológica, agir comunicativo*

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	iii
EPÍGRAFE	Erro! Marcador não definido.
DEDICATÓRIA.....	iv
AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS	13
1. O contributo da escola de Frankfurt.....	13
2. Materialismo histórico-dialéctico de Marx X funcionalismo de Weber	15
3. A contradição interna do capitalismo e a racionalização dos meios de produção	17
4. Racionalidade comunicativa e Agir Comunicativo.....	20
CAPÍTULO II: O DIAGNÓSTICO DE HABERMAS SOBRE A CRISE ECOLÓGICA	25
1. Revolução científica.....	25
2.A concepção moderna da Natureza	28
3.Crise ecológica: conceptualização e contextualização	31
4. O debate ecológico moderno: o impacto do consumismo	34
5. Crise ambiental sistémica na perspectiva de Habermas	40
CAPÍTULO III: COMUNICAÇÃO RACIONAL NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA... 43	
1. O despertar da consciência ecológica	43
2. O valor moral intrínseco da Natureza	46
3. Responsabilidade e consciência comunicativa	47
4. Efeitos da crise ecológica em Moçambique.....	50
5. O compromisso ético da eco-crítica de Mia Couto.....	53
6. A função das narrativas ecológicas na re-significação da educação ambiental	55
7. Desafios e oportunidades da implementação da teoria do agir comunicativo	57
CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema Teoria do Agir comunicativo de Jürgen Habermas: resposta à crise ecológica contemporânea. A relação hodierna entre o homem e a natureza revela-se conflituosa, na medida em que essa relação causou um dos problemas mais significativos que a humanidade já enfrentou, a crise ecológica, essa que ameaça a vida humana e de todos os seres em um futuro próximo, pois há uma ruptura global da capacidade de renovação ecossistémica.

A ruptura da capacidade de regeneração da Natureza pode ser diagnosticada na época em que houve mudança na cosmovisão clássica, onde a Natureza era compreendida como um organismo vivo digno de respeito e cuidado, este paradigma organicista foi substituído por um que se mostrou cabal para a compreensão do mundo em transição, com a entrada do paradigma mecanicista a Natureza perdeu sua identidade materna e passou a ser visto como um objecto a ser estudado e explorado.

A crise ambiental é definida como o conjunto de problemas atribuídos à interferência humana no equilíbrio dos ecossistemas, e o debate em torno do problema ambiental está centrado no subsistema económico, no capitalismo especificamente. A análise das sociedades tardo capitalistas feita por Jürgen Habermas influenciou significativamente na criação do conceito de crise. Habermas denunciou as patologias do sistema económico capitalista com o objectivo de retomar o potencial emancipador do ideal iluminista, a proposta habermasiana de uma nova racionalidade voltada ao consenso configura-se como terapêutica às patologias da modernidade, na medida em que intenta substituir a antiga e fracassada racionalidade instrumental que é um dos pilares da modernidade.

O projecto moderno de progresso iniciado no século XVI que encontra seu apogeu no iluminismo, tinha como objectivo principal emancipar o homem do reino da necessidade, por meio do conhecimento da ciência e do domínio da técnica, esta emancipação transformou-se posteriormente no desejo de dominação. O Homem que apenas intentava melhorar suas condições de vida e também livrar-se do temor dos fenómenos incontroláveis da Natureza tornou-se um explorador, um dominador, que não se preocupava em conhecer os limites do seu objecto de estudo e de dominação. Francis Bacon precursor da ideia segundo a qual o conhecimento implicava o poder, também contribuiu significativamente para a superação da visão contemplativa da Natureza característica da época histórica clássica, onde a Natureza

era tida como um organismo vivo, Bacon apresentou uma Natureza enquanto objecto a ser estudado e explorado para o benefício exclusivo do Homem.

O problema ambiental é também, resultado do narcisismo humano, isto é, as intervenções humanas desprovidas de ética e de responsabilidade foram e continuam sendo nefastas para a Natureza.

Este poder interventivo foi conferido pela ciência e pela técnica que favoreceram a criação de instrumentos de exploração massiva, o sistema capitalista a título de exemplo usou-se da técnica e da ciência para racionalizar os meios de produção, este modelo económico ameaça a estabilidade e sustentabilidade do planeta Terra e coloca em causa a sobrevivência de todos nós. O capitalismo é um sistema fechado e que pauta pela dominação e exploração e não tem em conta os possíveis limites da natureza.

Por conta disso, ameaças à biodiversidade, as mudanças climáticas, a poluição e o esgotamento dos recursos naturais o derretimento dos glaciares que contribui para a subida do nível do mar, juntos esses eventos têm gerado crescente preocupação global.

No entanto, a resposta dada a esses problemas tem sido muitas vezes fragmentada e insuficiente, com dificuldades de alcançar consensos e implementar medidas eficazes. Diante dessa situação crítica, há necessidade de um acção coordenada embasada na comunicação, e a teoria de Jürgen Habermas oferece uma linha de análise que permite estudar a crise ecológica em um sentido interdisciplinar, pois ele (Habermas) dialoga diferentes tradições do pensamento. Portanto a Teoria do Agir Comunicativo oferece uma proposta para analisar o pertinente papel que a comunicação desempenha na interacção entre o Homem e a Natureza, e na possível resolução do problema que ameaça a vida dos seres que tem a Natureza como base de sua existência e sobrevivência, ao mesmo tempo que reflecte sobre a importância do diálogo na construção de uma consciência ecológica.

Diante do problema acima exposto, podemos levantar as seguintes questões: como se daria a reconciliação entre o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável? Estariam a ciência e a técnica aptas para corrigir as consequências nefastas do seu uso? Como é que a Teoria do Agir comunicativo de Jürgen Habermas pode ser aplicada para compreender e resolver a crise ecológica contemporânea? Especificamente, quais são os desafios e as oportunidades que surgem ao examinar a crise ecológica sob perspectiva da comunicação e da formação de consensos? Como a comunicação pode ser usada como instrumento de

promoção de uma compreensão mútua entre o Homem e a Natureza? Que linguagem o Homem deve adoptar perante a Natureza?

A escolha do tema deve-se ao interesse do pesquisador nas questões ambientais, e o desejo de contribuir para a mitigação deste problema que tem afectado a humanidade, e de forma particular os pobres, estes que não dispõem de infra-estruturas resilientes ao problema ecológico, na sua vertente das mudanças climáticas, o mais caricato são as desigualdades que se podem verificar neste problema, os causadores desses problemas não são afectados na mesma proporção que os não causadores, os capitalistas partilham com os pobres os efeitos negativos da sua acção, mas os lucros não.

A relevância do tema reside no facto de ser em primeiro lugar um problema que aflige a humanidade em geral e Moçambique em particular, e em segundo lugar por constituir um contributo para a comunidade científica para a definição de soluções e alternativas para mitigar o impacto da intervenção humana na Natureza. No âmbito científico a pesquisa irá contribuir na realização de acções que possam fazer face ao problema sendo mais uma perspectiva para uma leitura diferente do problema e uma proposta de solução e criação de políticas que preconizam a sustentabilidade. Para a sociedade, a pesquisa será mais uma ferramenta essencial para compreender a crise ecológica e oferecerá ferramentas que irão consubstanciar na mudança de comportamento para com o meio externo, servindo de consciencialização dos seres humanos sobre suas atitudes no meio ambiente.

A presente monografia tem como objectivo geral reflectir a crise ecológica à luz da Teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas, especificamente esta pesquisa pretende contextualizar a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas, caracterizar o diagnóstico por detrás da crise ecológica feito por Habermas e descrever o contributo da teoria do agir comunicativo na resolução do problema da crise ecológica.

Para a realização desta monografia foi usado o método de pesquisa bibliográfica que consiste na recolha e leitura das obras de Habermas e outros autores que abordam o problema da relação homem e natureza e não só, este método foi aliado à técnica hermenêutica que consiste na interpretação das obras lidas. Esta monografia está estruturada em três capítulos, o primeiro visa contextualizar o pensamento de Habermas, o segundo capítulo objectiva diagnosticar à luz do pensamento de Habermas a crise ecológica e o terceiro capítulo aborda a comunicação racional na relação homem e natureza. Cada capítulo procura responder a um objectivo específico.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO DE JÜRGEN HABERMAS

1. O contributo da escola de Frankfurt

A primeira guerra mundial, sob ponto de vista teórico teve seu término em 1918, no entanto, no âmbito prático a guerra prolongou-se, trazendo consequências nefastas no âmbito demográfico, na medida em que ceifou a vida de centenas de pessoas, a guerra também impactou negativamente a economia sobretudo a europeia, pois destruiu muitas infra-estruturas.

Em 1919, ano em que foi realizado o Tratado de Versalhes, a Alemanha foi vista moralmente como culpada pelo desencadeamento da guerra e foi responsabilizada tendo perdido suas colônias e a vanguarda da liderança da economia, do conhecimento no Ocidente, pois, antes da guerra, a Alemanha era uma das grandes potências europeias. É nesta senda que surge o instituto de pesquisa social com vista a dar respostas científicas aos problemas sociais vividos naquela época.

A escola de Frankfurt inicialmente conhecida como o instituto de pesquisa social, acolheu um grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos que iniciaram suas pesquisas em 1920, esses pensadores estudavam problemáticas de cariz filosófico, social, estético e os demais problemas que estavam na vanguarda do capitalismo tardio. Um dos seus maiores objectivos era analisar criticamente a sociedade. O rótulo escola de Frankfurt teve importante papel na ampliação das intervenções de Adorno e Horkheimer principalmente na arena política, esta escola pode ser definida nos seguintes moldes:

A escola de Frankfurt designa antes de mais nada uma forma de intervenção político-intelectual (mas não partidária) no debate público alemão do pós-guerra, tanto no âmbito académico como no da esfera pública entendida mais amplamente. É uma forma de intervenção de grande importância e consequências, não apenas o debate público e académico alemão (HONNETH, 2003:8).

De acordo com Silva (2019:12), não obstante o instituto ter sido concebido em 1920, foi em Fevereiro de 1923 que foi oficialmente criado, tendo sido inaugurado em Junho de 1924, este instituto esteve ancorado à Universidade de Frankfurt. O instituto voltou seus esforços em pesquisas científicas bem como em reflexões em torno dos principais problemas da sociedade. O instituto foi dirigido primeiramente pelo historiador e marxólogo Carl

Gutenberg até 1930, época em que cedeu a direcção para Marx Horkheimer formado pela mesma universidade em que o instituto estava ancorado.

O instituto de pesquisa social teve grandes mudanças na orientação das pesquisas com a ascensão do novo director tornando-se em um autêntico centro de investigações voltado para a análise crítica do problema do sistema capitalista, estas mudanças deram origem a uma revista científica de nome Revista de Pesquisa Social, e foi por intermédio desta revista que os integrantes do instituto divulgaram suas pesquisas e seus trabalhos científicos. Com a direcção de Horkheimer o instituto teve um avanço significativo, contudo foi

Com a dialéctica do esclarecimento que Adorno e Horkheimer, escrito nos EUA em pleno capitalismo moderno, regado na chamada democracia de massa, que o Instituto apresentou estudos relacionados ao comportamento da cultura de massa, que no capitalismo americano e ao falecimento da razão Kantiana em face do capitalismo moderno (SILVA,2019:13).

Com o advento do sistema nazista na Alemanha, e com o cenário histórico vivido na altura do bom funcionamento da Escola de Frankfurt, os membros da mesma sentiram-se obrigados a ter que refugiarem-se para lugares mais seguros, foi neste contexto que surgiu uma segunda geração de estudantes da Universidade de Frankfurt que deu continuidade com o trabalho dos fundadores, desta geração ascendente destaca-se Jürgen Habermas¹, discípulo de Theodoro Adorno e herdeiro da escola de Frankfurt, Habermas aliou-se ao grupo de estudantes que não apenas limitou-se a interpretar o pensamento dos fundadores, ele juntamente com outros buscaram fazer críticas das pesquisas feitas antes e conseqüentemente superar os seus mestres.

Habermas buscou reformular e reestruturar a teoria crítica, foi neste âmbito que elaborou a teoria do agir comunicativo. A teoria crítica foi desenvolvida em três momentos, os dois primeiros foram liderados por Horkheimer e Adorno, no terceiro momento foi desenvolvida por Habermas, e ele discutiu a teoria dentro de um novo paradigma, o da razão comunicativa embasada na formação de consensos, nesse novo paradigma Habermas distanciou-se do binómio sujeito-objecto e pautou pelo binómio sujeito-sujeito.

¹ Jürgen Habermas segundo Rossano Pecoraro (2009:304) é um filósofo sociólogo, jornalista alemão que nasceu ao 18 de Junho de 1929. Foi herdeiro da escola de Frankfurt de onde teve as primeiras bases que fundamentaram a sua teoria critica. Habermas herdou dessa escola a visão crítica da sociedade. A primeira geração da escola de Frankfurt fez o diagnóstico das patologias da modernidade e Habermas apresentou a proposta de um agir comunicativo embasado na ética do discurso, este que irá servir de mediador das relações dentro do mundo da vida.

Um dos maiores contributos da escola de Frankfurt para a concepção e desenvolvimento do pensamento habermasiano foi o diagnóstico das patologias da moderna racionalidade, foi este diagnóstico que fez nascer em Habermas o desejo de dar respostas a esses problemas, e a proposta de solução avançada por ele é a ética do discurso, com isso Habermas intenta fundar e fundamentar uma nova racionalidade embasada na comunicação.

No entanto, em Habermas verifica-se um aspecto inovador pelo facto de ele ter-se distanciado da visão pessimista que caracteriza a primeira geração e ter abraçado sobre a âncora da sua teoria voltada ao entendimento uma visão otimista, e apresentou respostas às perguntas levantadas pela primeira geração da Escola de Frankfurt. Esta escola influenciou sobremaneira o desenvolvimento do pensamento sociológico e filosófico de Habermas na medida em que ele herda dessa escola a visão crítica da sociedade, entretanto, renovou-a com uma maior ênfase no poder da linguagem e da comunicação como ferramentas para a transformação social.

2. Materialismo histórico-dialéctico de Marx X funcionalismo de Weber

Karl Marx exerceu influência significativa sobre o pensamento de Habermas. As suas teorias serviram de base material para o desenvolvimento da teoria da acção comunicativa. Habermas foi influenciado pela crítica marxista da análise em torno das dinâmicas da organização e dominação social e sobretudo a centralidade que a economia detinha.

Na visão de Marx, o materialismo histórico tem poder para moldar as relações sociais, na medida em que, é o materialismo histórico que determina o pensamento ou a forma como esse pensamento vai se desenvolver e a forma como será feita a estrutura da organização social. Habermas em contraposição a essa ideia, afirmou que não é somente a economia que dita a forma como uma sociedade vai se estruturar colocando o determinismo² de Marx em causa, este conceito está enraizado no materialismo histórico que é a base metodológica de sua análise da história das sociedades.

A teoria da acção Comunicativa foi concebida em contraposição ao materialismo histórico sobretudo no conflito de classes e a luta económica, Marx afirma que *“a história de todas as sociedades que existiram até aos nossos dias tem sido uma história das luta de classes”* (MARX,1848:7), diferindo apenas na modalidade, pois ele afirma que dos servos da Idade

² Determinismo: que é a ideia segunda a qual as condições matérias e económicas de uma sociedade determinam em última instância sua estrutura social, política, cultural e ideológica.

Média nasceram os burgueses livres das primeiras cidades, foi deste grupo que saíram os percursores da classe burguesa, esta classe, desempenhou um papel eminentemente revolucionário na história. Concordando com Marx, em toda época histórica sempre houve a luta entre as classes, no entanto com a ascensão da classe burguesa houve uma drástica mudança paradigmática pois essa nova classe revolucionou os meios de produção e subordinou todas as relações ao comércio.

“A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (MARX, 1848:14). O que desencadeou a revolução entre os burgueses e o proletariado é a concentração da propriedade em algumas entidades tidas como superiores, e a exploração que advém da produção feita pela classe burguesa, é essa luta, revolução que vai desencadear a transformação social.

Entretanto a acção comunicativa de Habermas vem afirmar que a transformação social não se restringe na luta material, mas sim, também por meio da comunicação racional e do consenso. Marx viu no trabalho o principal elemento para a transformação da realidade e Habermas acrescentou ao trabalho a interacção comunicativa, esta que em sua concepção é a condição *sine qua non* da transformação social.

Entretanto, Max Weber com a teoria do funcionalismo, embora ele não seja directamente ligado a tradição funcionalista, Weber analisou o funcionamento das sociedades trazendo uma abordagem mais interpretativa e compreensiva, suas pesquisas influenciaram sobremaneira o pensamento de Habermas sobretudo no que diz respeito a racionalização, modernidade, dominação, legitimidade racionalidade e a crise de legitimidade.

Habermas dialogou com Weber em torno dos conceitos acima mencionados, reformulando e sobretudo, criticando a forma como Weber articulou cada um deles. A racionalização a título de exemplo foi concebida por Weber como um instrumento desumanizador e uma fonte de desencantamento do mundo, entretanto, Habermas faz distinção de dois tipos de racionalidade apresentando uma instrumental aquela voltada a interesses egoístas e outra comunicativa que visa o reconhecimento recíproco entre os sujeitos. Foi também a partir da reformulação do conceito de racionalidade desenvolvido por Weber que Habermas desenvolveu a teoria da acção comunicativa.

A influência de Weber no pensamento de Habermas está principalmente na análise da racionalidade e da burocracia. Habermas adoptou a crítica de Weber sobre os perigos da

racionalização excessiva, mas ampliou essa crítica ao desenvolver sua própria teoria sobre a racionalidade comunicativa. Habermas também foi além de Weber ao propor que a comunicação democrática e livre de dominação poderiam corrigir as crises de legitimidade geradas pela racionalidade burocrática e instrumental, oferecendo uma visão mais otimista de transformação social, a racionalidade comunicativa.

3. A contradição interna do capitalismo e a racionalização dos meios de produção

O capitalismo como sistema emergente, tinha como objectivo melhorar as condições de vida dos seres humanos por meio do trabalho e também por intermédio da prestação de serviços tornando os produtos mais próximos dos homens, a génese do capitalismo tal como é conhecido nos dias que correm pode ser percebida ao longo da história da formação e desenvolvimento da humanidade sobretudo aquando da formação das sociedades sedentárias e com o surgimento do excedente que permitia as trocas comerciais.

O capitalismo, como sistema económico começou a se consolidar entre os séculos XVI e XVIII, especificamente com a ascensão do mercantilismo que abriu caminhos para a acumulação do capital por meio do comércio e da colonização. Com a Revolução Industrial o sistema evoluiu para um modelo mais industrial e financeiro, não obstante o capitalismo ter trazido melhorias na vida dos seres humanos, aumentando a expectativa de vida, a produtividade e da inovação social, ele também gerou desafios como as desigualdades sociais, crises económicas cíclicas e sobretudo impactos ambientais nefastos.

A contradição interna do capitalismo está relacionada ao seu modelo de crescimento económico infinito, como afirma Leonardo Boff (2004:15) a ideia de progresso move-se entre dois infinitos o da Terra e o infinito do futuro. Este modelo foi, e é sustentado pela intensiva exploração de recursos naturais finitos, e a pergunta que se levanta dentro desta ideia é a seguinte: é possível o finito sustentar o infinito? Esta concepção gera uma série de tensões e discrepâncias entre o objectivo do alcance do lucro, o que Marx chama de mais-valia a curto prazo e a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

Como forma de evidenciar a contradição do capitalismo podemos tomar os seguintes aspectos como exemplo: externalização de custos ambientais, isto é, a sociedade e o meio ambiente são os que recebem os custos da actividade económica dos grandes capitalistas, é contraditório porque o meio ambiente e a sociedade beneficiam-se pouco dos lucros e tem de

carregar uma grande parte dos custos desta actividade, outro aspecto a destacar no âmbito da contradição é a incompatibilidade com os limites da Natureza, o capitalismo pressupõe que o mercado pode superar qualquer limitação, muitas vezes ignorando os limites físicos do planeta.

O projecto sócio estatal como tal aloja uma contradição entre fins e meios. Seu objectivo é a criação de formas de vida estruturadas igualitariamente, garantindo liberdade de movimentos para a auto-realização e a espontaneidade individuais. Mas obviamente esse objectivo não pode ser directamente alcançado pela transposição jurídico-administrativa de um programa político. A produção de novas formas de vida está além das forças de que o médium poder dispõe (HABERMAS, 1987:109).

No entanto, crises ecológicas, mudanças climáticas, perda da biodiversidade e degradação dos solos são evidências inequívocas de que o planeta tem limites biológicos e ecológicos intransponíveis. A crise ecológica é a manifestação desta contradição, pois este sistema económico condiciona significativamente a restauração do planeta e coloca em causa a base material da qual dependem todos os seres bióticos e abióticos, devido a pressão que este exerce como forma de gerar lucros.

Marx demonstrou que o modo de produção capitalista possui uma contradição fundamental que consiste na incoerência entre o carácter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção, isto em razão da classe capitalista que detém de maior parte do produto social em detrimento da classe operária. O capitalismo separa o trabalhador directo dos meios de produção, deixando-lhe como única opção vender sua força de trabalho por um salário, que apenas lhe permite atender suas necessidades básicas.

Na visão de Marx a concorrência e o monopólio são elementos importantes na análise da contradição interna do capitalismo pois o seu próprio funcionamento gera crises e tensões que minam sua estabilidade, contradição entre produção social e apropriação privada, isto é, os trabalhadores produzem colectivamente, mas os frutos desse trabalho são apropriados privadamente pelos donos do capital e essa contradição leva à exploração e ao empobrecimento relativo da classe trabalhadora.

De tudo isto não se segue que a reprodução do capital social total seja impossível, mesmo nas condições de sistema fechado. A efetivação da reprodução do capital social total não se dá em um estado de equilíbrio. Este estado é apenas uma tendência actuante em meio a inumeráveis e incessantes desequilíbrios, cuja autocorreção pelo mercado não impede que prevaleça a acentuação da desproporcionalidade e a superacumulação de capital em face da demanda solvente (MARX, 1996:53).

Inicialmente, o capitalismo foi concebido para a satisfação das necessidades dos homens e consequentemente facilitar a sua vida, tornando os produtos mais próximos deste, no entanto ele não era apenas um sistema económico ou modo de produção, mas sim uma cultura, ou seja uma conduta de vida.

Capitalismo é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de acção económica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivamente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado (WEBER, 2004:48).

Para Marx, essas contradições tornam o capitalismo um sistema que se desenvolve historicamente, criando suas próprias crises, e ao longo do tempo gera condições para o seu próprio colapso, levando à necessidade de um novo modo de produção, um neocapitalismo eticamente responsável e ecologicamente consciente.

O impulso aquisitivo como afirma Max Weber, pode ser considerado como o pano de fundo para a racionalização dos meios de produção, na medida em que movidos pela ideologia da mais-valia, os capitalistas identificaram a necessidade da racionalização dos meios de produção com vista a potenciar a produção e consequentemente maximizar os lucros. *“Racionalização significa, ampliação das esferas sociais, que ficam submetidas aos critérios da decisão racional, isto corresponde a industrialização do trabalho social com a consequência de que os critérios da acção instrumental penetram noutros âmbitos da vida”* (HABERMAS, 1968:45), a racionalização está estritamente ligada ao desenvolvimento técnico científico, na medida em que, a ciência e a técnica invadem as esferas institucionais da sociedade e criam suas próprias instituições desmoronando desse modo as antigas legitimações.

A intervenção, extracção, irresponsável na Natureza, foi causada pela racionalização dos meios de produção com respeito a fins instalou, essa extracção massiva causou não apenas aquilo que é chamado de epidemia da superprodução, como também problemas graves e talvez irreversíveis no meio ambiente, ou seja a extracção irresponsável causou a crise ecológica.

4. Racionalidade comunicativa e Agir Comunicativo

A modernidade é uma época histórica que se caracteriza pela ruptura com a época precedente, a ideia de modernidade esteve sempre alicerçada a um sentido de algo novo, moderno. A modernidade ignorou toda e qualquer referência da época anterior a ela. Por conta disso a modernidade criou sua própria base de legitimidade, a ciência e a técnica, *“a modernidade já não pode emprestar seus padrões de orientação de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada a si mesma, tem de extrair de si mesma sua normatividade”* (HABERMAS, 1987:103), isto deveu-se a desvalorização com o antigo, é por isso que a actualidade lineariza o rompimento com o passado como renovação contínua. Essa negação e desvalorização do passado influenciaram sobremaneira na concepção de uma racionalidade que ditou o paradigma ambiental que por sua vez norteou a actividade humana nesta época.

Os movimentos iluministas influenciaram significativamente no progresso da racionalidade moderna na medida em que, a sociedade foi convidada a usar sua razão e a pensar por si, a buscar soluções racionais e não se estribar em explicações baseadas na fé. A religião foi usada como meio onde os homens buscavam explicações e bases para a organização social, política e económica.

A racionalidade comunicativa diz respeito a capacidade que todo individuo tem de pensar de forma racional no contexto da comunicação e o agir comunicativo é a prática desta comunicação racional entre os indivíduos que buscam entendimento mútuo. *“O agir comunicativo depende do uso da linguagem dirigida ao entendimento”* (HABERMAS,1990:72), esta é a diferença basilar entre os dois tipos de agir que norteiam o pensamento filosófico-linguístico de Habermas.

Estas teorias são basilares para compreender o empreendimento filosófico de Habermas, elas estão estritamente ligadas à ética do discurso que constitui o seu fundamento epistémico. Habermas com a sua filosofia pretende fundar e fundamentar uma nova razão, ou seja, uma ética racional e universalista embasada na comunicação com vista a recuperar o ideal emancipador do iluminismo.

A génese do debate em torno da ética do discurso fundamenta-se nos seguintes aspectos: a racionalidade moderna, as guerras mundiais, a ascensão dos regimes totalitários e o legado da escola de Frankfurt. A ética do discurso é a estrutura normativa, ou seja, é a ética do discurso que vai fornecer os critérios que vão validar as relações entre os sujeitos, e essa ética

discursiva é por sua vez (Habermas, 1989:98), fundamentada pelo princípio de universalização.

A racionalidade comunicativa nas relações entre os sujeitos vai definir os princípios cognitivos e argumentativos que vão guiar essas relações e o agir comunicativo é a praticidade da racionalidade comunicativa, isto é, a racionalidade comunicativa fornece o fundamento teórico para o agir comunicativo e este por sua vez concretiza essa racionalidade. Para Habermas a ética do discurso é a resposta para os problemas levantados pela primeira geração da Escola de Frankfurt.

Para uma teoria do agir comunicativo, só são instrutivas as teorias analíticas do significado que começam a abordagem pela estrutura da expressão linguística, em vez de começá-la pelas intenções dos falantes. Dessa maneira, a teoria se mantém atenta ao problema de como ligar umas às outras as acções de vários atores, com a ajuda do mecanismo de entendimento; isto é, como se podem situar tais acções em uma rede de espaços sociais e tempos históricos (HABERMAS, 2012: 479).

O entendimento é a base para qualquer tipo de relação entre os sujeitos no contexto de uma comunicação no mundo da vida, entenda-se o mundo da vida o espaço onde a comunicação entre os sujeitos é efectivada. Este entendimento é efectivado por meio da linguagem que se consubstancia como a expressão dos pensamentos e sentimentos por palavras, dito de outro modo, linguagem é todo e qualquer sistema de sinais empregados para expressar o pensamento.

Por ter compreendido que o entendimento está condicionado a linguagem Habermas vai dialogar com os teóricos da Filosofia Analítica como John Austin concretamente com sua teoria dos actos de fala, Ludwig Wittgenstein com as suas investigações filosóficas e os jogos de linguagem, o intencionalismo de Mead e Karl-Otto-Apel que é o teórico da linguagem que mais influenciou Habermas.

O pensamento filosófico de Wittgenstein influenciou sobremaneira a teoria do agir comunicativo de Habermas na medida em que as reflexões de Ludwig sobretudo o segundo Wittgenstein, em torno da linguagem, comunicação e a intersubjectividade. Habermas adoptou as ideias de Wittgenstein sobre a linguagem enquanto prática social, no entanto, Habermas amplia-as para construir a sua teoria do agir comunicativo, nota-se que, o pensamento de Ludwig é de cunho descritivo analisando como a linguagem funciona em diferentes contextos. Entretanto esta linguagem é concebida como embaraçosa e que a filosofia tem o crucial papel como esclarecedora desses embaraços.

A linguagem engendra ela mesma superstições das quais é preciso desfazer-se, e a filosofia deve ter como tarefa primordial o esclarecimento que permite neutralizar os efeitos enfeitiçadores da linguagem sobre o pensamento. O centro desse enfeitiçamento da linguagem sobre a inteligência encontra-se nas tentativas para se descobrir a essência da linguagem. [...]. A linguagem funciona no seu uso, não cabendo, portanto indagar sobre os significados das palavras mas sobre suas funções práticas. Essas são as múltiplas e variadas, constituindo múltiplas linguagem que são verdadeiramente formas de vida. (WITTGENSTEIN, 1999:13)

Portanto, para que a linguagem alcance o potencial almejado em suas proposições é necessário com que a filosofia cumpra com eficácia o seu papel esclarecedor por meio da reflexão e da crítica, o que deve-se ter sempre em conta a praticidade da própria linguagem e não a sua essência.

As teorias desenvolvidas por Wittgenstein influenciaram a concepção da teoria do agir comunicativo na medida em que, Habermas vai desenvolver a ideia de que, a comunicação racional depende de regras universais implícitas, estas que, por sua vez, possibilitam a comunicação entre os interlocutores que partilham as mesmas regras e pressupostos comuns, estas regras são conhecidas como jogos de linguagem, é na teoria de Wittgenstein que Habermas vai encontrar fundamentos para a elaboração dos critérios de validade, pois Ludwig em sua obra vai descrever como a linguagem é usada em diferentes contextos.

Habermas foi mais além ao afirmar que, as pessoas no momento em que estão dialogando vão implicitamente reivindicar três validades que são tidas como universais, a verdade, a sinceridade e a correção normativa, a verdade está ligada a conformidade da proposição em relação à realidade, a sinceridade ligada ao carácter do sujeito que enuncia a afirmação e a correção normativa ligada a conformidade do discurso com as regras compartilhadas portanto, linguagem *“é, na verdade, um conjunto de jogos de linguagem, entre os quais poderiam ser citados seus empregos para indagar, consolar, indignar-se ou descrever”* (WITTGENSTEIN, 1999:14), a linguagem é aplicada no mundo da vida e sua função é conferir entendimento entre os que partilham as mesmas regras.

Pode-se compreender que, com a teoria dos jogos de linguagem, Habermas compreende que uma das principais funções da linguagem é o alcance de entendimento entre os sujeitos. Por meio disso elabora sua teoria de cunho normativa que advoga a compreensão mútua no âmbito da comunicação entre os sujeitos, é neste aspecto que Habermas supera e diverge de Wittgenstein e supera-o na medida em que afirma que *a “filosofia não deve, de modo algum, tocar no uso efectivo da linguagem; em último caso pode apenas descrevê-lo. Pois também*

não pode fundamentá-lo. A filosofia deixa tudo como está” (WITTGENSTEIN, 1999:67), além da função descritiva a filosofia para Habermas tem a função normativa, a teoria habermasiana é um ideal normativo de como as relações na sociedade devem ser conduzidas sem coerção e diverge na medida em que Wittgenstein admite a pluralidade dos jogos de linguagem sem contudo estabelecer princípios universais, ao passo que Habermas aceita uma pragmática universal, ou seja, regras implícitas que sustentam qualquer agir comunicativo.

A teoria habermasiana foi também influenciada pela teoria dos actos de fala do filósofo britânico John Austin sobretudo em a sua obra *how to do things with words*. Austin afirma que ao usar a linguagem não apenas fazemos uma descrição do mundo, mas também fazemos coisas usando as palavras. Habermas se apropria da estrutura fornecida por Austin para desenvolver a sua pragmática universal que busca identificar as condições que tornam possível a comunicação racional, foi por intermédio da influência recebida também de Austin que Habermas distinguiu dois tipos de acção, a comunicativa voltada ao consenso e a estratégica voltada à manipulação.

A linguagem consubstancia-se não apenas como instrumento de comunicação, mas como base para a construção de uma sociedade racional e democrática, os actos de fala bem empregados criam um espaço para o diálogo livre de coerção, estes actos são usados para criticar sistemas que distorcem a comunicação como o poder económico e burocrático. Em suma, Austin fornece a Habermas a estrutura para entender como a linguagem é usada para agir no mundo e por sua vez, Habermas expande essa ideia para analisar como a comunicação fundamenta a racionalidade, a democracia e a crítica social.

A estrutura oferecida a Habermas que serve de substrato para o mundo do agir, podem ser chamadas de sentenças performativas ou seja, proferimento performativo na medida em que ao afirmar uma dada sentença não estamos descrevendo-a mas sim fazendo-a.

O termo performativo será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo imperativo. Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo "acção", e indica, que ao se emitir o proferimento está se realizando uma acção, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo (AUSTIN, 1990:13).

As sentenças performativas ou actos performativos de Austin foram incorporados posteriormente por Habermas na sua teoria do agir comunicativo, Austin mostrou que a linguagem além de descrever o mundo, ela também tem o poder de realizar acções quando esta é proferida. Habermas por sua vez vai ampliar essa concepção afirmando que a

linguagem é um meio de acção social, e que os sujeitos ao se comunicarem realizam actos de fala voltados ao entendimento, dito de outro modo, a estrutura que Habermas toma de Austin diz respeito à dimensão performativa da linguagem, isto é da capacidade de a linguagem ser acção no mundo social.

A teoria da acção comunicativa recebeu igualmente influências do filósofo americano George Herbert Mead, sobretudo a sua teoria do intencionalismo simbólico em sua obra *Mind, Self and Society* onde Mead explora como a mente e o eu são formados através das interacções sociais e da linguagem, Mead afirma que os seres humanos interpretam e atribuem significados aos símbolos em suas interacções sociais, o eu (self) é formado em duas dimensões a parte espontânea e criativa do individuo e a parte socializada formada por meio da interacção que o eu tem com os outros indivíduos, onde a linguagem é segundo Mead (1934:37). Um instrumento essencial para ordem social, Para Mead o diálogo e interacção no mundo da vida como diria Habermas, é fundamental para a formação da consciência e da identidade. Habermas afirma que o no mundo da vida é onde ocorre a formação do individuo e um é reconhecido no outro, isto é, sou porque o outro também é, o reconhecimento mútuo é o plano de fundo das relações entre os seres humanos para Habermas.

A crise que estamos enfrentando tem sua origem na razão humana que foi instrumentalizada e colocada ao serviço da especulação. A teoria de Habermas oferece-nos um campo teórico que nos possibilita compreender o papel que a comunicação desempenha neste estudo. Habermas fez um diagnóstico desta crise, este que é matéria a ser estudada no capítulo que se segue.

CAPÍTULO II: O DIAGNÓSTICO DE HABERMAS SOBRE A CRISE ECOLÓGICA

1. Revolução científica

Os séculos XIV a XVII marcaram o contexto que favoreceu a revolução no campo da ciência, pois, foi nesta época histórica que o ser humano passou a conceber o mundo circundante de forma diferente, a cosmovisão que orientou o homem moderno registou uma drástica mudança no modo como ele descreviam e encarava o mundo, a nova mentalidade do cosmo propiciou a saída e a emancipação do homem do reino da necessidade.

Fritjof Capra (1982:39) afirma que a revolução científica teve seu início com Nicolau Copérnico aquando da sua oposição à concepção geocêntrica de Ptolomeu, com a oposição de Copérnico, a terra deixou de ser o centro do universo e passou a ocupar uma posição que não lhe conferia exclusividade em detrimento de outros astros do universo, as novas ideias trazidas por Copérnico marcaram a transição do paradigma geocêntrico e deu início para a concepção de um paradigma que melhor responderia a nova mundividência.

No entanto, a época em que Copérnico concebeu sua teoria, era fortemente influenciada pela igreja católica e ele estava ciente de que sua teoria poderia contradizer e ofender as autoridades, foi por esta razão que Copérnico retardou a publicação de sua obra *De Revolutionibus Orbium Coelestium*, esta que é tida como o marco revolucionário no campo da ciência por apresentar pela primeira vez a concepção heliocêntrica do universo, e que como forma de cautela, Copérnico publicou sua obra como uma simples hipótese.

Os ideais que forjaram a Revolução Científica se afirmaram em oposição radical a todo pensamento teológico-metafísico e político vigente no início do século XIV. O sistema aristotélico apresentava uma ajustada e confortável ideologia para o clero e a nobreza, que não estavam dispostos a abrir mão do instrumento de justificação da ordem social que ele representava. (CASTAÑON, 2007:18).

A descoberta da harmonia das esferas feita por Johannes Kepler, cientista e místico, em torno das leis empíricas do movimento planetário, vieram a corroborar com o sistema de Copérnico. No entanto, foram as observações de Galileu Galilei, feitas com o recém-inventado telescópio que impulsionaram a transição paradigmática, isto é, foi Galileu que fez com que os trabalhos de Copérnico saíssem da área hipotética para uma teoria científica comprovada, superando desse modo a velha cosmologia de modelo, Castañon (2007:18), ptolemaico-aristotélico.

O papel de Galileu na revolução científica supera largamente suas realizações no campo da astronomia, embora estas sejam mais conhecidas por causa de seu conflito com a Igreja. Galileu foi o primeiro a combinar a experimentação científica com o uso da linguagem matemática para formular as leis da natureza é, portanto, considerado o pai da ciência moderna (CAPRA, 1982:41).

Galileu acreditava que a filosofia estava escrita em um grande livro chamado Natureza, e a linguagem usada nela era matemática escrita em forma de círculos, triângulos e rectângulos e, é necessário que o cientista aprenda esta linguagem de modo a estar apto para extrair os segredos que a Natureza escondia, para se libertar dos fenómenos imprevisíveis da natureza. *“Dois aspectos pioneiros do trabalho de Galileu, a abordagem empírica e o uso de uma descrição matemática da natureza tornaram-se as características dominantes da ciência no século XVII e subsistiram como importantes critérios das teorias científicas até hoje”*, (CAPRA, 1982:41). A abordagem empírica na prática da ciência tornou-se um critério excludente no seio da ciência moderna, e todo e qualquer conhecimento produzido fora dos cânones da observação, experimentação não era considerado como conhecimento válido.

Como forma de nortear a actividade científica e permitir que os cientistas descrevessem matematicamente a natureza, Galileu postulou que os cientistas deveriam restringir-se nas propriedades essenciais dos corpos materiais como, formas, quantidades e movimento as quais podiam ser medidos e qualificados e outros aspectos deveriam ser ignorados. Pois, a ciência moderna é produto da revolução científica, e daqui em diante a ciência não é mais produto de especulações do mago ou de outra autoridade, mas sim produto de experimentos e demonstrações, a ciência é superior, enquanto forma de conhecimento porque é experimental.

A estratégia de Galileu de dirigir a atenção do cientista para as propriedades quantificáveis da matéria foi extremamente bem-sucedida em toda a ciência moderna, mas também exigiu um pesado ónus [...]. Perderam-se a visão, o som, o gosto, o tato e o olfacto, e com eles foram-se também a sensibilidade estética e ética, os valores, a qualidade, a forma; todos os sentimentos, motivos, intenções, a alma, a consciência, o espírito (CAPRA, 1982:42).

A revolução científica iniciada por Copérnico destruiu completamente a antiga cosmovisão e a forma de fazer ciência, ela operou a maior revolução intelectual e cultural da história da humanidade. *“Não se trata somente da imagem de mundo que se transforma durante esse período, mas das ideais sobre a ciência, o homem, as relações entre ciência e sociedade, ciência e filosofia e ciência e fé”* (CASTAÑÓN, 2007:19). Portanto, a revolução científica foi um movimento muito amplo de ideias, que tem seu elemento detonador nas teorias de filósofos como René Descartes e Francis Bacon.

A sistematização do projecto revolucionário iniciado por Copérnico deveu-se a René Descartes e Isaac Newton.

Descartes é tido como o fundador da filosofia moderna, por ter-se dedicado a construir uma nova filosofia científica, pela intuição que lhe veio em um lampejo, Descartes apresentou os alicerces da ciência e contribuiu significativamente para o progresso científico apresentando portanto, um método que segundo ele resolveria os problemas que a ciência enfrentava. O seu método tinha como princípio a clareza e a evidência como pontos de partida. O projecto Cartesiano teve seu início aquando da reformulação de todo o conhecimento que tivera acumulado durante o tempo de sua formação.

A intuição que Descartes teve conferiu-lhe a crença no conhecimento científico e para ele, *“toda ciência é conhecimento certo e evidente, rejeitamos todo conhecimento que é meramente provável e consideramos que só se deve acreditar naquelas coisas que são perfeitamente conhecidas e sobre as quais não pode haver dúvidas. (Descartes citado por CAPRA, 1982:43).* A clareza tornou-se para Descartes a delimitação daquilo que poderia ser considerado de ciência, e esta clareza configura-se como a base da filosofia Cartesiana, e foi justamente nesse fundamento científico que reside o erro no engenho intelectual Cartesiano, pois a física do século XX, mostrou de forma indubitável que não existe verdade absoluta na ciência e que todo conhecimento da realidade é apenas um conhecimento aproximado, no entanto, o método Cartesiano foi de grande valia para a ciência moderna pois permitiu o avanço do mesmo.

O método cartesiano é essencialmente analítico e consiste na decomposição dos pensamentos e problemas em suas partes componentes e em dispô-las em sua ordem lógica, o método cartesiano constitui a sua maior contribuição para a ciência, esse método tornou-se uma característica do moderno pensamento científico e provou Capra (1982:45), ser extremamente útil no desenvolvimento de teorias científicas e na concretização de complexos projectos tecnológicos, entretanto, *“a excessiva ênfase dada ao método cartesiano levou à fragmentação característica do nosso pensamento em geral e das nossas disciplinas académicas, e levou à atitude generalizada de reductionismo na ciência” (CAPRA, 1982:45).* A crença na compreensão do todo por meio das suas partes foi rebatida pela física quântica sobretudo com a descoberta da teoria do caos.

O contributo de Newton na revolução científica, foi o desenvolvimento da teoria do mundo dos princípios matemáticos e de filosofia natural, a sua obra Principia matemática que

compreende um sistema abrangente de definições, proposições e provas que a comunidade científica considera como uma descrição correcta da natureza, nessa obra é achada a exposição explícita do método experimental de Newton, aquele que ele considerava como procedimento sistemático no qual a descrição matemática se fundamenta.

Tudo o que não é deduzido dos fenómenos será chamado de hipótese; e as hipóteses, sejam elas metafísicas ou físicas, sejam elas dotadas de qualidades ocultas ou mecânicas, não têm lugar na filosofia experimental. Nesta filosofia, proposições particulares são inferidas dos fenómenos e depois tornadas gerais por indução (NEWTON *Citado por* CAPRA, 1982:50).

A revolução científica ofereceu os conhecimentos necessários para melhor compreender a natureza e dela extrair os seus segredos. O conhecimento técnico e científico desenvolveu-se de tal maneira que os cientistas esqueceram-se da primeira e principal razão da revolução e desenvolvimento da ciência, que era a emancipação do homem do mundo da necessidade e da melhoria das condições de sua vida. A ciência que foi concebida para o bem-estar do homem hoje tende a ser uma ameaça para a humanidade, a ameaça consiste na eliminação da base material que condiciona a existência do próprio homem, a natureza.

2.A concepção moderna da Natureza

A origem do pensar diferente sobre o qual posteriormente a modernidade esteve ancorada teve seu início com a renascença, pois, o período renascentista é tido como o marco que possibilitou a ruptura com a autoridade vigente na época média. Pode-se afirmar que este período esteve por detrás do destronamento da autoridade religiosa do medievo. O Homem passou com isso, a ocupar o centro de toda reflexão. Com essa passagem, o homem passou a ser visto como soberano do mundo, dito de outro modo, são encontrados no renascimento os prolegómenos do antropocentrismo que vigoraram na modernidade, e esta soberania, supremacia do homem perante as demais coisas é a principal causa do colapso do paradigma moderno.

O conceito natureza é polissémico, com elevado grau de generalidade e extensão. Ele tem acompanhado o desenvolvimento do pensamento humano desde as sociedades primitivas até aos dias actuais. Além de não ser unívoco, seu conteúdo varia no tempo e no espaço, conforme os modos de relação e produção dos seres humanos.

O espírito baconiano mudou a compreensão da Natureza e o objectivo da investigação científica, desde a antiguidade a ciência tinha como objectivo, a compreensão da ordem

natural e a vida em harmonia com ela, os cientistas tinham a Natureza como um organismo vivo, como Mãe que providencia os víveres para os seres humanos, dito de outro modo, a intervenção científica na Natureza era harmónica e contemplativa e coadunava com a ordem natural.

Contudo, com a nova ideologia apregoada por Bacon a característica meramente contemplativa foi substituída pela visão experimental, Castañon (2007:20), que visava a intervenção por meio do uso da técnica para penetrar os mistérios da natureza e dela extrair todos os recursos para o bem-estar do ser humano, e essa visão foi bastante difundida com a ascensão do capitalismo e sobretudo com a substituição da produção segundo a necessidade pela produção segundo a especulação.

Francis Bacon estabeleceu um novo método para as ciências experimentais, para ele, a ciência não é especulativa mas sim prática, e o seu fim é de servir como auxiliar para que o Homem adquira controlo perfeito da natureza. *“O fim da nossa instituição é o conhecimento das causas e dos segredos dos movimentos das coisas e a ampliação dos limites do império das realizações de todas as coisas que forem possíveis”*, (BACON,1979:262 citado por CASTAÑON, 2007:19). A ciência é o instrumento de domínio da Natureza, extraíndo dela o conhecimento necessário para aprimorar a técnica com a finalidade de libertar o homem do reino da necessidade e o tornar senhor da natureza.

Segundo Severino Ngoenha (1993:30), Sob ponto de vista filosófico-histórico, a contemplação metafísica cede lugar à razão iluminista que por sua vez é alimentada pela fé no progresso, guiada pela filosofia de Bacon e Descartes. Portanto uma vez que a natureza é matéria e regida por uma causalidade mecânica então ela pode ser compreendida pela razão para o proveito humano, com isso foi atribuída à ciência uma nova função e finalidade, Castañon (2007:20), que é aprimorar as técnicas e aumentar a produtividade na actividade humana.

A partir de Bacon, o objectivo da ciência passou a ser aquele conhecimento que pode ser usado para dominar e controlar a natureza e, hoje, ciência e tecnologia buscam sobretudo fins profundamente antiecológicos. A natureza [...]. Tinha que ser acoitada em seus descaminhos, obrigada a servir e escravizada. Devia ser reduzida à obediência, e o objectivo do cientista era extrair da natureza, sob tortura, todos os seus segredos, (CAPRA, 1982:42).

Na era tecnológica verifica-se uma alteração na relação entre o homem e a natureza, o ser humano foi liberto da cosmovisão contemplativa e foi-lhe devolvido o controlo do destino de sua vida e passa a protagonizar a sua própria história, o homem moderno compreende a

natureza mediante um árduo processo de investigação metódica e sistemática, sem a qual não é possível penetrar nos seus mistérios, pois a natureza é matéria regida por uma causalidade mecânica e pode ser compreendida pela razão. Essa relação de exploração introduzida por Bacon possibilitou a disseminação da ideia segundo a qual o ser humano deve assumir uma postura de liderança perante a natureza e dos demais seres vivos, pois ele é dotado de racionalidade que lhe confere autonomia e liberdade em relação aos desígnios e mistérios da natureza.

Armado de técnicas e instrumentos sempre mais poderosos e refinados, de passivo consumidor de produtos que a natureza punha à sua disposição, o homem tornou-se um agressor prepotente e um explorador exigente. Na época tecnológica o homem agride a natureza e esvazia-a de tudo [...]. Em vez de cultivador sábio, o homem do século XX tornou-se um explorador selvagem da natureza (NGOENHA, 1994:33).

A natureza outrora concebida vitalmente pelos antigos, sofreu uma guinada significativa com a passagem da razão especulativa para uma razão de cunho instrumentista, com a nova mundividência o tipo de relação entre o homem e a natureza também sofreu drásticas alterações. E não somente a relação com a natureza sofreu alterações, como também a relação com outros seres humanos, não foi somente a natureza que foi instrumentalizada pela ciência e pela técnica, a vida humana também foi dominada, a tecnociência pretendia estudar o homem para melhor o dominar. “*Quem começa a fazer da vida humana um instrumento perde o freio*” (HABERMAS, 2010:27). A perda de limites na actividade científica está estritamente relacionada com a separação da ciência com a ética.

Na antiguidade clássica assim como no medievo a relação entre ambos era de cunho simbiótico, na medida em que o ser humano buscava apenas garantir a sua sobrevivência, extraíndo os recursos necessários da natureza sem com isso perigar a sua capacidade regenerativa. E na modernidade a relação entre ambos passou a ser de cunho parasitário onde o homem não apenas busca recursos para manter a sua vida, mas explora, domina e prejudica.

Entre 1500 e 1700 houve uma mudança drástica na maneira como as pessoas descreviam o mundo e em todo o seu modo de pensar. A nova mentalidade e a nova percepção do cosmo propiciaram à nossa civilização ocidental aqueles aspectos que são característicos da era moderna. Eles tornaram-se a base do paradigma que dominou a nossa cultura nos últimos trezentos anos e está agora prestes a mudar (CAPRA, 1982:39).

Portanto, a moderna concepção da natureza é contrária àquela do mundo antigo e médio onde “(...) pessoas viviam em comunidades pequenas e coesas, e vivenciavam a natureza em termos de relações orgânicas, caracterizadas pela interdependência dos fenómenos

espirituais e materiais e pela subordinação das necessidades individuais às da comunidade” (CAPRA, 1982:39), a concepção orgânica foi substituída por uma mecânica onde a Natureza é tida como máquina que deve ser estudada e explorada para que possa revelar os seus mistérios. Para além de ser vista como máquina a natureza foi concebida como um objecto a ser estudado e desprovido de limites, e por isso a natureza foi modificada pelo agir irresponsável e desenfreado humano. O método matemático experimental de Galileu permitiu a passagem para a cosmovisão, e este método permitiu a consolidação da instrumentalização e matematização da natureza permitindo o conhecimento do universo.

Os problemas ecológicos tiveram em grande medida, sua génese na ideologia apregoada por Bacon, pois com a instrumentalização da natureza, a actividade científica não conheceu limites e a extracção e exploração dos recursos naturais. A visão de Natureza enquanto máquina é a principal causa da ameaça do desaparecimento da base material que sustenta a vida. *“O antigo conceito da Terra como mãe nutriente foi radicalmente transformado nos escritos de Bacon e desapareceu por completo quando a revolução científica tratou de substituir a concepção orgânica da natureza pela metáfora do mundo como máquina”* (CAPRA, 1982:42). No entanto, não obstante ter sido nefasto para a natureza, este paradigma foi de grande valia para o desenvolvimento científico e social da civilização ocidental.

3.Crise ecológica: conceptualização e contextualização

A crise ecológica é essencialmente um problema da tecnociência, uma vez que, o desequilíbrio nos ecossistemas, e a ameaça da capacidade regenerativa têm sua origem na actividade humana.

A ruptura da capacidade de regeneração da natureza pode ser diagnosticada na época da mudança da cosmovisão clássica, onde a natureza perdeu sua identidade materna e sua característica anímica para assumir uma posição de objecto desconhecido que deve ser estudado e explorado com o objectivo de melhorar as condições de vida dos seres humanos. A crise ecológica é definida como o conjunto de problemas atribuídos à interferência humana no equilíbrio dos ecossistemas, e o debate em torno deste problema está centrado no subsistema económico. A análise das sociedades tardo capitalistas feita por Habermas influenciou significativamente na criação do conceito de crise. Ele denunciou as patologias do sistema económico capitalista com o objectivo de retomar o potencial emancipador do ideal iluminista, a proposta habermasiana de uma nova racionalidade voltada ao consenso

configura-se como terapêutica às patologias da modernidade, na medida em que intenta substituir a antiga e fracassada racionalidade instrumental que é um dos pilares da modernidade.

A ideologia que norteia o sistema económico capitalista é considerada por Habermas como um dos maiores factores que estão por detrás da crise ecológica, pois a produção voltada ao alcance da mais-valia impactou sobremaneira na capacidade regenerativa da natureza.

A Terra como se evidencia não dispõe de recursos infinitos, por esta razão que a terra está reagindo as intervenções humanas em seu equilíbrio ecossistémico, e sua reacção pode ser percebida nas bruscas mudanças climáticas, o aquecimento global, o derretimento dos gelos, a perda da biodiversidade, a extinção de algumas espécies, as cheias, as secas. Estes são apenas alguns dos fenómenos naturais perceptíveis para o ser humano. A consciência perante essa crise torna-se necessária e urgente, pois o modelo de progresso projectado nos últimos 400 anos está em crise.

O importante é acumular grande número de meios de vida, de riqueza material, de bens e serviços a fim de poder desfrutar a curta passagem por este planeta. Para realizar este propósito, nos ajudam a ciência, que conhece os mecanismos da terra, e a técnica, que faz intervenções nela para o benefício humano (BOFF, 2004:15).

A reacção que a natureza tem dado, mostra que ela não possui recursos inesgotáveis, e por este motivo, o uso da ciência e da técnica devem ser consciente para que se possa reduzir os efeitos nefastos de sua acção. O ser humano deve encarar-se não mais como um ser sobre as coisas Boff (2004:16), mas sim como um ser entre as coisas, esse tipo de visão permitirá com que o homem desenvolva uma comunicação voltada ao entendimento, Habermas (1968:53), isto é, o homem olhará a natureza como um parceiro ou interlocutor de uma possível interacção linguisticamente mediada. A superação e restauração do paradigma civilizacional da modernidade configuram-se como uma acção que deve ser levada a cabo com maior urgência, pois actualmente são divulgados estudos, pesquisas e relatórios do actual e preocupante estado do planeta.

Nguenha associa a crise ecológica com a alteração do sentido da técnica, esta que para ele não foi concebida para atender as necessidades do ser humano, mas sim para atender as necessidades da especulação, pois a técnica deixou de ser um meio para ser um fim em si mesma transformando radicalmente a vida do ser humano, essa técnica ideologicamente fundamentada causou danos graves ao meio ambiente.

A técnica é tida como “*o deus que salva, ela é boa por essência e é nisto que fundamenta a sua legitimidade*” (NGOENHA, 1994: 32), de facto a técnica não é essencialmente um mal, porque ela foi concebida desde dos primórdios para ampliar a capacidade humana. O seu mau uso é que a torna maléfica, e foi nessa versão que, na modernidade a técnica foi desenvolvida, pois, ela foi transformada em um instrumento usado para dominar a natureza assim como outros seres humanos, “*portanto ter fé na técnica significa depositar a própria confiança num processo de dominação, cujo objectivo é subordinar tudo a si mesma*”, (NGOENHA,1994:32) isto é, a técnica deixou de ser um instrumento de auxílio nas limitações do Homem para ser um instrumento de exploração e dominação.

Portanto, movido por este intento, o ser humano estabeleceu um tipo de relação voltada a fins estratégicos, essa acção que não pressupõe um entendimento ou consenso, que periga a sustentabilidade da natureza bem como a vida que dela depende, a Terra está em um estado de decadência generalizada, e mostra sinais de extinção de recursos para as gerações vindouras.

Desde a revolução industrial que aumenta a concentração de dióxido de carbono na atmosfera, resultante da utilização de combustíveis fósseis, que se intensifica a propagação de substâncias tóxicas e de produtos acidificantes, que cresce a presença de outros gases com efeito de estufa: o sol reaquece a Terra e esta, em contrapartida, irradia para o espaço parte do calor recebido; muito reforçada, uma abóbada formada por óxido de carbono deixaria passar os primeiros raios, mas aprisionaria os segundos; então, o arrefecimento normal diminuiria de imediato e alterar-se-ia a evaporação, tal como nas estufas de um jardim de Inverno (SERRES, 1990:15-16).

Por conta disso estamos na eminência de alterar a composição química da nossa atmosfera, esta que pode tornar-se inabitável como a atmosfera de Vénus colocando desse modo em risco a possibilidade de vida em um futuro próximo. O poder opressivo Jonas (2006:36), narra um irrupção violenta e violentadora na ordem cósmica, isso ocorre quando o Homem ao construir uma casa para si viola a natureza, entretanto o simples facto de construir um abrigo para si não é suficiente para causar danos significativos na natureza, mas sim quando este Homem protagoniza uma intervenção técnica baseada na especulação que violenta e oprime a natureza.

Essa intervenção técnica deixou a natureza em um estado crítico de vulnerabilidade, “*que jamais fora pressentida antes que ela se desse a conhecer pelos danos já produzidos*”, (JONAS, 2006:39). Foi graças a essa descoberta que surgiu um campo do saber que se preocupa em preservar o meio ambiente, ou seja, por meio dessa descoberta surgiu a ciência

do ambiente (ecologia), com o surgimento dessa ciência a natureza passa a ser da inteira responsabilidade do ser humano.

Nesta senda, “*em vez de se tratar a natureza como objecto de uma disposição passível, poderíamos considerá-la como um interlocutor de uma possível interacção. Em vez da natureza explorada, podemos buscar a natureza fraternal*” (HABERMAS, 1958:52). O diálogo com a natureza torna-se cada vez mais necessário, a substituição da instrumentalização pela comunicação racional, abre horizontes que possibilitam uma relação pacífica com a natureza. Habermas aconselha a comunicarmos com a natureza atribuindo a ela uma subjectividade, no entanto a comunicação com a natureza será possível se antes a comunicação entre os homens for livre, sem coacção.

Só quando os homens comunicarem sem coacção e cada um se puder reconhecer no outro, poderia o género humano reconhecer a natureza como um outro sujeito - e não, como queria o Idealismo, reconhecê-la como o seu outro, mas, antes reconhecer-se nela como noutro sujeito (HABERMAS, 1958:53).

Esse projecto que olha a natureza como sujeito de interacção e não mais como objecto, refere-se à uma alternativa da acção, isto é, uma interacção simbolicamente mediada que mostra-se contrária a aquela teleológica voltada para interesses estritamente instrumentais e consequentemente nefastos a própria natureza colocando em causa a sobrevivência dos seres que dela dependem inclusive do próprio homem.

A nova proposta deverá ser estabelecida dentro de um paradigma de cunho simbiótico, mediado por uma relação de reciprocidade. Dito outro modo, Habermas propõe a reformulação da ideia de racionalidade trazida por Max Weber apresentando uma nova racionalidade fundamentada no binómio Trabalho e Interacção, com o objectivo de enfrentar os desafios das sociedades tardo capitalistas. Para Habermas a crise é essencialmente uma perturbação que afecta a integração sistémica.

4. O debate ecológico moderno: o impacto do consumismo

Importa antes de abordar o impacto do consumismo no debate ecológico moderno, frisar o conceito de ecologia, este que é “*o estudo do inter-retro-relacionamento de todos os sistemas vivos e não-vivos entre si e com o seu meio ambiente*” (BOFF, 2004:16), a singularidade do discurso ecológico está em sua especificidade de não reduzir nenhuma das partes ou, “*no estudo de um ou de outro pólo, tomados em si mesmos. Mas na interacção e na inter-relação*

entre eles” (BOFF, 2004:16). Portanto, a ecologia não pode ser definida isoladamente. Porque ela refere-se a,

Um saber das relações, interconexões, interdependências e intercâmbios de tudo com tudo em todos os pontos e em todos os momentos. Nessa perspectiva, a ecologia não pode ser definida em si mesma, fora de suas implicações com outros saberes. Ela não é um saber de objectos de conhecimento mas de relações entre os objectos de conhecimento [...]. Ecologia só se define no marco das relações que ela articula em todas as direcções e com todo tipo de saber acerca da forma como todos os seres dependem uns dos outros, constituindo a teia imensa de interdependências deles. (BOFF, 2004:17).

A pertinência do saber ecológico está na sua transversalidade, isto é, a ecologia se relaciona com todas as partes. Entretanto a ecologia está em crise, ou seja há um desequilíbrio nos ecossistemas naturais, e esse desequilíbrio periga a continuidade da vida no planeta.

O consumismo é considerado uma das principais causas da crise ecológica, pois compromete a capacidade regenerativa do planeta. Na perspectiva de Bauman (2007:11), o consumismo está ligado à ideologia do novo, do atraente e do desconhecido. Os consumidores modernos são fascinados pelo inédito, e o sistema do consumo obedece a uma lógica de desperdício, atrelada ao modelo de desenvolvimento industrial que favorece a extracção intensiva de recursos naturais.

Podemos interpretar essa analogia do desconhecido, no campo científico, na ciência de Bacon sobretudo, onde a tecnociência tinha a exclusiva missão de desvendar os mistérios da natureza com vista a libertar o homem do reino da necessidade.

O hiperconsumo, dentre os factores que afectam o codesenvolvimento, pode ser considerado o que mais demanda a manipulação do desejo, a lucratividade, a necessidade de produção, a exploração do trabalho, espoliação da natureza, a contaminação do ambiente; não correspondendo a uma metáfora, mas formando o pensamento da diferença pelos diferenciados (CUNHA, *et al*,2015:33).

Antes analisarmos os efeitos do consumismo e como ele se torna factor significativo da crise ecológica, é importante compreender o fenómeno do consumo, este que é concebido como:

Uma condição, um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que os humanos compartilham com todos os outros organismos vivos. [...]. O fenómeno do consumo tem raízes tão antigas quanto os seres vivos e com toda certeza é parte permanente e integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográfico (BAUMAN,2007:37).

O consumo descrito por Bauman está intrinsecamente ligado à necessidade do próprio homem em manter a sua sobrevivência, isto é, o consumo garante a sobrevivência da espécie humana e de todos seres vivos, entretanto este, torna-se problemático na medida em que transcende para aquilo que Bauman chama de consumismo. Dito isto, pode-se questionar o seguinte: porquê é que o consumismo é um problema? E em que medida ele se insere no debate ecológico moderno? Ou seja, até que ponto o consumismo concorreu para o desencadeamento da crise ecológica?

Com a racionalização dos meios de produção nas sociedades industriais, verificou-se o que pode ser chamado de epidemia da superprodução, quando as sociedades abandonaram a produção para responder as necessidades dos homens para se basear na especulação, com a produção voltada ao alcance dos lucros foi massificada a exploração dos recursos para atender a nova ideologia, segundo Hans Jonas (2006:63), o que possibilitou a superprodução no capitalismo foi o poder tecnológico, este que transformou a razão especulativa em esboços para projectos executáveis.

E essas novas formas são em si excludentes, na medida em que, os que não conseguem acompanhar as dinâmicas sociais são excluídos da sociedade, na linguagem de Bauman (1997:27), os que não dispõem de poder de compra e descarte rápido são chamados de estranhos da era do consumo.

O consumismo é manipulador, na medida em que ele é um modificador e fixador de padrões por excelência, ele possui uma lógica de procedimento que se foca na criação de pseudonecessidades nos homens, e para além dessas necessidades fictícias o consumismo promove o rápido descarte dos bens adquiridos, essa é essencialmente a principal característica dos tempos líquidos, aversão pelo duradouro.

Um ponto de rupturas de enormes consequências, que, poderíamos argumentar, mereceria o nome de “revolução consumista”, ocorreu milénios mais tarde, com a passagem do consumo ao consumismo quando aquele tornou-se especialmente importante, se não central para a vida da maioria das pessoas, o verdadeiro propósito da existência. E quando nossa capacidade de desejar, ansiar por e particularmente de experimentar tais emoções repetidas vezes de facto passou a sustentar a economia do convívio humano (BAUMAN, 2007:38).

A transição do consumo para o consumismo acontece quando este assume o papel-chave da sociedade, “*o consumismo é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, de desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer neutros quanto ao regime, transformando-se em principal força propulsora e operativa da sociedade*”

(BAUMAN, 2007:41). Portanto o consumismo configura-se como uma das principais causas da crise ecológica contemporânea na medida em que ele alimenta a ideologia interna do capitalismo, isto é, ela sustenta necessidades ilusórias, estas que por sua vez alimentam o mercado contribuindo desse modo para o alcance da mais-valia, e para além de alimentar as necessidades o consumismo apregoa o rápido descartes dos bens adquiridos e a aversão pelo duradouro.

A produção na lógica capitalista apresenta-se da seguinte maneira, extracção, produção, consumo e descarte promovendo uma economia linear e tradicional, que é em si ecologicamente insustentável pois, produz uma cultura de desperdício e extracção dos recursos. Em resposta a isso propõe-se uma economia circular que abarca a extracção, produção, consumo e reciclagem.

Considera-se o consumismo como um segundo factor de maior relevo no problema em questão, o primeiro e grande factor por detrás da crise ecológica, esta que tem causado mudanças climáticas e tantos outros problemas ambientais é o antropocentrismo que causou a separação do homem com a natureza, colocando-o como um ser sobre os demais seres. A ética atrelada à relação do homem com a natureza dissipou-se e a natureza foi marginalizada e excessivamente explorada. Hans Jonas apresenta uma proposta para um novo relacionamento com a natureza apresentando uma ética para a comunidade tecnológica.

A técnica segundo Hans Jonas (2006:35) é uma habilidade, uma actividade determinada pela necessidade de ampliar as capacidades dos homens, isto quer dizer que a técnica foi concebida como auxiliadora, entretanto ela torna-se nociva quando passa a ser vista como um fim precípua da humanidade, uma forma de controlo e dominação. Esta que é possível graças ao poder tecnológico que diferencia a humanidade actual da do passado, o marco diferencial entre essas duas humanidades é a grandeza, pois a actual dispõe Jonas (2006:63) de uma excessiva grandeza em seu poder. Este poder excessivo na posse do homem moderno justifica a necessidade de uma ética requerida para o futuro distante.

Esta ética tem a responsabilidade de *“achar a sua teoria na qual se fundamentem deveres e proibições, em suma, um sistema do tu debes e tu não debes”*, (JONAS, 2006:64). Esta seria a ética que representa os não-nascidos, pois ela irá controlar os poderes que os homens de hoje possuem, Jonas acredita ser *“possível ter uma ética que possa controlar os poderes extremos que hoje possuímos e que nos vemos obrigados a seguir conquistando e exercendo”*, (JONAS, 2006:65).

Portanto a ética existe como ordenador das nossas acções e regulador do nosso agir, é por esta razão que a ética dos não-nascidos deve ser de cariz imperativa.

A ética almejada lida exactamente com o que ainda não existe, e seu principio de responsabilidade tem de ser independente tanto da ideia de um direito quanto da ideia de uma reciprocidade de tal modo que não caiba fazer-se a pergunta brincalhona, inventada em virtude daquela ética “o que o futuro fez por mim? Será que ele respeitaria os meus direitos? (JONAS, 2006:89)

Esta separação do homem com a natureza influenciou significativamente para a neutralidade moral da técnica moderna, esta que tornou possível a dominação da natureza e do próprio homem, é a tecnologia que deve estar embasada na ética do futuro, isto é, um dever para com as gerações vindouras. Esta preocupação de limitar o poder do homem sobre a natureza está por detrás da criação da ciência do ambiente, que coloca a natureza na inteira responsabilidade dos homens. A ecologia dá lugar a uma preocupação ética, a uma economia da natureza e como a natureza é nossa casa comum, a ecologia pode ser chamada também de economia doméstica.

A partir dessa preocupação ética de responsabilidade para com a criação, a ecologia deixou seu primeiro estágio na forma de movimento verde ou de protecção e conservação de espécies em extinção. Transformou-se numa crítica radical do tipo de civilização que construímos. [...]O argumento ecológico é sempre evocado em todas as questões que concernem à qualidade de vida, à vida humana no mundo e à salvaguarda ou ameaça da totalidade planetária ou cosmológica (BOFF, 2004:18).

A preocupação ética que a ecologia dá lugar, é uma reacção àquela desenvolvida nas sociedades capitalistas de cunho utilitaristas embasadas no antropocentrismo, esta ética visa conferir direitos arbitrários aos homens isentando-os de qualquer dever para com as demais coisas, dito de outro modo, a ética utilitarista apenas regula as relações entre os homens e não estes com as demais coisas que fazem parte do cosmo. A ética da responsabilidade visa dar “*um sentido do limite dos desejos humanos porquanto estes levam facilmente a procurar a vantagem individual à custa da exploração*” (Boff, 2004). Esta ética se faz necessário porque não apenas visa salvaguardar o bem-estar das gerações futuras como também visa proteger aqueles que de certa maneira são marginalizados pelo narcisismo humano. Portanto esta é uma ética do presente e também do futuro.

Então ético seria também potenciar a solidariedade gene-racional no sentido de respeitar o futuro daqueles que ainda não nasceram. E por fim ético seria reconhecer o carácter de autonomia relativa dos seres; eles também têm direito de continuar a existir e a coexistir connosco e com outros seres, já que existiram antes de nós e por milhões de anos sem nós (BOFF,2004:22).

A ética defendida por Boff e Jonas possibilita a relação simbiótica proposta por Michel Serres em sua obra *O Contrato Natural*. Serres compartilha da mesma concepção sobre as causas dos problemas ambientais enfrentados pelo mundo actual. Segundo ele, ao firmarem um contrato social que favoreceu a convivência entre os seres humanos, os homens acabaram por marginalizar o estado de natureza, e o homem passou a ser um parasita que tudo tira e nada oferece, este parasita estava mergulhado Serres (1990:56) na ideologia do domínio e possessão, “*dominar, mas também possuir: a outra relação fundamental que mantemos com as coisas do mundo resume-se ao direito de propriedade*” (SERRES, 1990:57), esta filosofia norteou o posicionamento do homem com a natureza. A natureza foi esquecida e reduzida à natureza humana. “*O parasita confunde correntemente o uso e o abuso; exerce os direitos que a si mesmo se atribui, lesando o seu hospedeiro, algumas vezes sem interesse para si e poderia destruí-lo sem disso se aperceber*” (SERRES, 1990:63). A ética além de possibilitar uma relação simbiótica entre o homem e a natureza também limita o poder excessivo que este tem perante as coisas.

Os próprios objectos são sujeitos de direito e já não simples suportes passivos da apropriação, mesmo colectiva. O direito tenta limitar o parasitismo abusivo entre os homens, mas não fala dessa mesma acção sobre as coisas. Se os próprios objectos se tomam sujeitos de direito, então todos as balanças tendem para um equilíbrio (SERRES, 1990:64).

Portanto, este limitar do poder e dos desejos dos homens torna possível o contrato natural, à semelhança do contrato social, que foi concebido para limitar os direitos dos homens de modo a possibilitar uma convivência harmoniosa entre os homens que se encontravam em uma guerra de todos contra todos, o contrato natural, segundo Serres, implica o retorno à natureza como sujeito de direitos.

Portanto, o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a possessão pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade, nem a acção o domínio, nem estes os seus resultados ou condições estertorarias (SERRES, 1990:65).

Uma relação simbiótica confere direitos aos hospedeiros, e este direito está embasado em uma relação de reciprocidade, onde há benefícios para ambos lados, e esta nova relação coaduna com a ética para o futuro das gerações.

O consumismo é em si uma ameaça para o triunfo desta ética da responsabilidade, da relação simbiótica, pois ele impulsiona uma exploração massiva com vista a alimentar os falsos

desejos dos homens, e além do mais o consumismo é também caracterizado pelo individualismo, onde as pessoas são mais apegadas aos bens adquiridos e substituem as relações inter-humanas pelos seus bens, este aspecto é facilmente observado nas sociedades hodiernas onde pessoas físicas são substituídas por pessoas virtuais. E este facto periga a boa relação com a natureza que vem sofrendo o distanciamento com a humanidade, é por esta razão que o consumismo é um factor preponderante no desencadeamento da crise ecológica que se verifica no mundo. E esta crise é resultado daquilo que Jürgen Habermas chama de crise sistémica que será abordada no ponto a seguir.

O debate ecológico moderno não se restringe à degradação ambiental em si, mas abarca questões éticas, sociais, política e culturais. Esse debate exige novas formas de pensar a relação entre o homem e a Terra. O modelo económico e cultural alimenta a insustentabilidade, neste debate, Bauman denuncia a sociedade do consumo como a única responsável pela promoção de uma cultura do descartável, tanto das pessoas assim como das coisas e por promover a diluição das responsabilidades, na mesma senda, Boff identifica uma ligação inseparável entre a crise ecológica e a crise social, e vai propor uma ecologia integral, embasada no cuidado e no respeito.

A grande contribuição de Hans Jonas neste debate é a proposta que ele traz de uma nova ética adaptada à era tecnológica oferecendo uma base ética sólida para a acção ecológica, exigindo prudência e responsabilidade com o futuro. E Michel Serres vai argumentar que o contrato social moderno excluiu a natureza, por essa razão ele vai propor um novo contrato onde a natureza será reconhecida como parte integrante das relações entre humanos, sua contribuição para este debate foi a construção de uma base jurídico-filosófico para a convivência harmoniosa entre a sociedade e a natureza.

5. Crise ambiental sistémica na perspectiva de Habermas

A crise que o mundo enfrenta actualmente está umbilicalmente relacionada a contradição do paradigma civilizacional que orientou o pensamento e o agir do homem moderno, este que depositou total confiança na ciência e na técnica como motores do progresso humano. E o trabalho nesta equação desempenhava uma função vital na concretização deste intento, segundo Habermas (1987:106), o trabalho no meio social tinha o poder de abrir possibilidades futuras de uma vida colectivamente melhor e menos ameaçada, isto é, através do trabalho seria possível criar sociedades livres, justas e desenvolvidas. As condições seriam

melhoradas para todos os actores sociais, entretanto a realidade mostra o fracasso deste intento.

Na atitude de estar sobre as coisas e sobre tudo parece residir o mecanismo fundamental de nossa actual crise civilizacional. Qual a suprema ironia actual? A vontade de tudo dominar nos está fazendo dominados e assujeitados aos imperativos de uma Terra degradada. A utopia de melhorar a condição humana piorou a qualidade de vida. O sonho de crescimento ilimitado produziu o subdesenvolvimento de dois terços da humanidade, a volúpia de utilização optimal dos recursos da Terra levou à exaustão dos sistemas vitais e à desintegração do equilíbrio ambiental. Tanto no socialismo quanto no capitalismo se corroeu a base da riqueza que é sempre a terra com seus recursos e o trabalho humano. Hoje a Terra se encontra em fase avançada de exaustão e o trabalho e a criatividade, por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados e os trabalhadores excluídos até do exército de reserva do trabalho explorado. Ambos, terra e trabalhador, estão feridos e sangram perigosamente (BOFF, 2004:23).

Importa esclarecer que em todas as épocas históricas as sociedades estabeleceram um paradigma ambiental tendo em conta seus intentos e projectos de desenvolvimento. O que levou ao fracasso do paradigma ambiental moderno foi a separação entre o homem e a natureza, o tipo de relação que estes estabeleceram entre si e com o meio exterior a eles. Segundo Agripino Santos Filho (2011:141), a separação entre a cultura e a natureza, verificada no paradigma ambiental moderno estabeleceu condições propícias para que o sistema capitalista usurpasse dele ao seu bel-prazer, tornando-o um modelo global e desviando do seu projecto original de emancipação.

A questão que deste facto se levanta é a seguinte: de que modo o capitalismo efectuou este desvio? Esta questão pode ser respondida nos seguintes moldes, a sociedade como nos informa Habermas identificou no trabalho um ideal de transformação e emancipação social, e este trabalho incidia na natureza, esta que devia ser transformada pelo trabalho dos homens, e uma vez que o paradigma civilizacional favorecia a separação do homem e da natureza, o capitalismo usou-se destas ideias, no entanto, não para o bem de todos mas sim para uma classe selecta de homens que detinham o poder industrial, tornando deste modo injusta a distribuição da renda entre os homens.

A redistribuição da renda sobrecarrega como provam as estatísticas nos EUA os grupos da população mais pobre, enquanto apenas os grandes proprietários de capital conseguem nítidas melhorias de renda. De mãos dadas com isso vem uma clara limitação dos serviços do Estado social (HABERMAS, 1987:110)

As melhorias apregoadas não abrangiam a toda a população, mas sim uma pequena minoria, isto deve-se ao facto de existir um agir instrumental latente nas promessas do capitalismo,

este tipo de agir não deixa claro suas reais intenções dentro das relações comunicativamente mediada, podemos afirmar que este é um tipo de agir que veste a capa do agir comunicativo. *“O uso estratégico³ latente da linguagem vive parasitariamente do uso normal da linguagem, porque ele somente pode funcionar quando pelo menos uma das partes torna como ponto de partida que a linguagem está sendo utilizada no sentido do entendimento”* (HABERMAS, 1990:73).

A crise ambiental revela as contradições do paradigma ambiental moderno evidenciando o esgotamento da noção de uma natureza ilimitada e sem limites, erguendo-se o véu ideológico que encobre a disputa pela construção do paradigma que determina a cosmovisão. *“As crises surgem quando a estrutura de um sistema social permite menores possibilidades para resolver o problema do que são necessárias para a contínua existência do sistema. As crises são vistas como distúrbios persistentes da integração do sistema”* (HABERMAS, 1980:13)

O trabalho tido como meio através do qual seria possível garantir a satisfação das necessidades dos homens permitiu um desenvolvimento desproporcional a sustentabilidade do planeta por um lado causando desse modo uma sobrecarga sistémica, e injusto para mais de um terço da humanidade por outro lado. O conceito de crise está atrelado a ideia de privação de autonomia (Habermas 1980:12), esta autonomia diz respeito a aqueles indivíduos marginalizados, aqueles que Bauman os designou de os estranhos da era do consumo.

O grupo marginalizado que lhe fora negado o direito de se pronunciar perante os problemas que a eles acometem, Boff chamaria este grupo de pobres, estes que à semelhança da Terra que grita em reacção a irresponsabilidade humana, também dão seu grito em reacção à ideologia do capitalismo que divide desproporcionalmente os recursos e as consequências dos seus actos, as riquezas são poucas, mas os malefícios são em grandes quantidades. A comunicação voltada ao entendimento e reconhecimento pode ser uma das saídas deste problema. A aplicação da racionalidade comunicativa na mitigação e talvez erradicação deste problema é objecto do próximo capítulo. A comunicação racional proposta por Habermas oferece um campo teórico onde as principais vítimas do problema ecológico podem deliberar para a criação de políticas ambientais que os reconheça como vítimas e que as mesmas políticas sejam aplicáveis a sua realidade.

³ Agir estratégico é equivalente ao agir instrumental

CAPÍTULO III: COMUNICAÇÃO RACIONAL NA RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA

1. O despertar da consciência ecológica

Com o avanço tecnológico, foram realizados vários estudos em torno do clima e do meio ambiente, este avanço favoreceu o desenvolvimento das ciências ecológicas. Foi década 1960, que surgiram movimentos que procuraram alertar sobre a poluição massiva nos ecossistemas, entretanto segundo Carlos Serra Júnior e Fernando Cunha (2003:33) estes movimentos que apregoavam a protecção ambiental surgiram no século XIX. Foi também nesta época que surgiram os primeiros parques destinados a preservar a flora e a fauna, a perspectiva que imperava era de cunho “*antropocêntrica, isto é, defendia a protecção dos recursos naturais na medida em que eles eram indispensáveis à subsistência do próprio Homem*” (SERRA e CUNHA, 2003:33).

Na perspectiva de Serra e Cunha, o americano Henry David Thoreau é um dos pais do movimento ambientalista, na medida em que suas abordagens revelavam um profundo amor nutrido pela natureza, este amor é evidenciado na sua obra, onde ele denunciava os malefícios da urbanização, para Henry citado por Serra e Cunha, a natureza é o modelo de uma utopia, nesta perspectiva a natureza consubstancia-se como o modelo da harmonia possível para os homens.

Foi precisamente no século XIX que surgiu a corrente preservacionismo, que milita em prol da manutenção da natureza, esta corrente difere do conservacionismo, pois “*parte do pressuposto de que as demais espécies têm também o direito à existência, não devendo constituir meros recursos para a satisfação das inúmeras necessidades humanas*” (SERRA e CUNHA, 2003:34), com isso questões ambientais passaram a ser o centro das reflexões no campo científico, político e social.

Porém, só com a segunda metade do século XX, depois da 2.^a Guerra Mundial, é que surgiram os grandes movimentos mundiais de protecção do ambiente e de defesa da ecologia, baseando-se numa filosofia em que a protecção da Natureza deve ser feita em função da própria natureza e não apenas enquanto objecto útil ao Homem e tendo presente o pressuposto que a causa ambiental é verdadeiramente global, isto é, não podemos apenas cingir-nos à perspectiva do tratamento do caso isolado. Foram, assim, lançadas as bases da corrente ecocêntrica, defensora da protecção do ambiente enquanto tal, independentemente do proveito que o Homem dele retira (SERRA e CUNHA, 2003:34).

Entretanto, o marco significativo por detrás do despertar da consciência ecológica foi a publicação da obra primavera silenciosa de Rachel Carson, sua obra é considerada como o início da conscientização geral da opinião pública, Carson, bióloga e escritora usando as fábulas, conseguiu denunciar os efeitos nefastos dos produtos químicos que eram lançados nos mares, no ar, e nos solos, chamando a atenção para o perigo à saúde humana proveniente desta acção.

As margens das estradas, outrora tão atraentes, apresentavam-se agora assinaladas por uma vegetação amarronada e murcha, como se houvesse sido bafejada pelo fogo. Também aquelas margens estavam silenciosas desertadas que haviam sido por todas as formas de vida. Até mesmo os rios mostravam agora destituídos de vida. Os pescadores já não visitam mais os seus cursos de água. Porquanto todos os peixes tinham morrido (CARSON, 1962:12).

As denúncias feitas por Carson reforçaram os relatórios dos movimentos ambientalistas emergentes que visavam alertar os danos que os homens causavam ao meio ambiente, Carson afirma que *“nenhuma obra de feitiçaria, nenhuma acção do inimigo, havia silenciado o renascer de uma nova vida naquele mundo golpeado pela sorte. Fora o povo, ele próprio, lhe fizera aquilo”* (CARSON, 1962:13). Percebe-se que o pior mal, que a humanidade teve que se deparar, ela mesma causou, o homem está matando a si próprio e, pior ainda, a esperança de vida em um futuro breve.

O homem na perspectiva Carson (1962:15) adquiriu capacidades significativas que lhe permitiram alterar a natureza do seu mundo. A relevância da denúncia de Rachel Carson reside no facto de ter contribuído para que a humanidade tivesse ainda mais consciência dos danos que causava a natureza. A abordagem de Carson incide precisamente na poluição dos mares, do solo e do ar por meio de pesticidas destinados a insectos que destruíamos as plantações dos fazendeiros.

O mais alarmante de todos os assaltos contra o meio ambiente, efectuados pelo Homem, é representado pela contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares, por via de materiais perigosos e até letais. Esta poluição é, em sua maior parte, irremediável; a cadeia de males que ela inicia, não apenas no mundo que deve sustentar a vida, mas também nos tecidos viventes, é, em sua maior parte, irreversível (CARSON, 1962:16).

A contaminação do meio ambiente é verificada actualmente como um mal global, e as substâncias químicas tornaram-se os nossos parceiros sinistros, o mais preocupante é o facto de esta contaminação ter a capacidade de alterar o gene humano.

O estrôncio 90, desprendido por explosões nucleares, e pairante no ar atmosférico, desce á terra por meio das chuvas, ou vagueia ao léu, na forma de resíduos atômicos; assim, embebe-se no solo, penetra nas ervas, no milho,

no trigo, que nesse solo se plantam, e, a seu tempo vai alojar-se nos ossos de um ser humano, para ali permanecer até à morte desse ser humano (CARSON, 1962:16).

Portanto com todas essas evidências, pode-se problematizar as promessas feitas no âmbito da ascensão da ciência e da técnica moderna, bem como do próprio capitalismo que via no trabalho e na transformação da natureza em uma natureza humanizada como vectores do progresso, mas está claro que “*o homem não consegue reconhecer até os próprios males da sua própria criação*” (CARSON, 1962:16). Além de não reconhecer seus males o homem não está, como afirma Carson, capacitado para responder e resolver os males da sua acção.

O ser humano mostrou-se incapaz de acompanhar o passo deliberado da natureza, como forma de respeitar seus limites, pois, a natureza leva seu tempo para ajustar o equilíbrio do seu meio ambiente, e o mundo moderno não tem tempo, ele é movido pela lógica da fluidez e da aversão ao duradouro, estas características dizem respeito “*a rapidez da mudança e a velocidade com que novas situações acompanham o ritmo impetuoso e insensato do Homem*” (CARSON, 1962:16).

Esse desrespeito desencadeou a guerra do homem contra a natureza da qual ele não terá como sair vitorioso. Esta guerra despertou os homens do seu narcisismo, da sua ilusão de controlo e poder sobre o meio circundante, Carson defende no culminar da sua obra, que a responsabilidade de proteger a terra não deve ser apenas delegada aos cientistas, pois essa é uma responsabilidade de todos os seres humanos, e apela para uma ciência com consciência no entanto as políticas de protecção ao meio ambiente bem como da resiliência climáticas formam e são concebidas dentro dos parâmetros da razão instrumental e por conta disso não há igual acesso dentro da arena de tomada de decisão, os mais afectados não têm espaço na concepção dessas políticas.

Portanto, é necessário que a opinião não seja dominada por interesses egocêntricos, e a proposta avançada por Habermas é que os espaços onde é deliberada a opinião pública (mundo da vida), esteja presente a ética do discurso na qual cada pessoa transcenda seus interesses e profira argumentos em favor de toda humanidade, tanto dos presentes assim como dos que estão por vir

2. O valor moral intrínseco da Natureza

“Apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie o Homem adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo” (CARSON, 1962:15). A alteração feita na natureza tem de certa maneira alterado o valor intrínseco que ela possui. Este valor é referente ao direito próprio de existência, esta que não depende da intervenção do Homem, este que foi o último ser vivo a habitar na natureza e não obstante ocupar o último lugar no gráfico do tempo do desenvolvimento das espécies que habitam o planeta terra, tem-se colocado sobre as demais coisas Boff (2004:16). Com isso, o homem encarando a natureza como um mero objecto de conhecimento, perdeu a sensibilidade que lhe permitia enxergá-la como um ser moralmente relevante.

O homem sobretudo o moderno, instrumentalizou a natureza, e perdeu o respeito por ela. Atribuir o valor devido a ela significa, reconhece-la em sua subjectividade. Esse reconhecimento será dado por meio do contracto natural, do embasamento ético nas relações entre os homens, e entre estes com o meio externo, eliminando por completo a ideia segundo a qual “A natureza reduz-se à natureza humana que, por sua vez, se reduz à história ou à razão” (SERRES, 1990:60), e esta deve ser encarada como um sujeito de direitos. Pois no passado ela foi,

Monopolizada pela ciência e pelo conjunto de técnicas associadas ao direito de propriedade, a razão humana derrotou a natureza exterior, num combate que dura desde a pré-história, mas que se acelerou de forma acentuada com a revolução industrial, quase contemporânea daquela cujo bicentenário celebrámos; uma técnica, a outra política (SERRES, 1990:61).

Segundo Serres, pensamos no direito a partir de um problema de direito, isto é, o direito é invocado quando existe um problema, o contacto natural proposto por Serres vem resolver o problema da redução da natureza à natureza humana, da objectivação, e da marginalização da natureza.

O sujeito do conhecimento e da acção beneficia de todos os direitos e os seus objectos de nenhum. Não acederam ainda a nenhuma dignidade jurídica pelo que, desde então, a ciência goza de todos os direitos. Por isso mesmo, condenamos necessariamente à destruição as coisas do mundo. Dominadas, possuídas, do ponto de vista epistemológico, menores na consagração pronunciada pelo direito. Ora, elas recebem-nos como hospedeiras, sem as quais amanhã deveremos morrer. Exclusivamente social, o nosso contrato toma mortífero, para a perpetuação da espécie, a sua imortalidade objectiva e global (SERRES, 1990:62);

O contracto natural tem a responsabilidade de fazer o reparo na atribuição justa do valor moral devido a natureza, para que ela não seja apenas encarada como um mero objecto, mas

sim como um sujeito de direito, digno de respeito, o contracto também irá favorecer um embasamento ético nas relações para com a natureza e sobretudo limitar o parasitismo (Serres, 1990:64), entre os homens.

Todo ser humano tem o direito de viver em um ambiente equilibrado, assim como o dever de o defender, a legislação moçambicana nº 20/97 de 1 de Outubro, a lei do ambiente aborda sobre o desenvolvimento sustentável e que é definido nos seguintes termos “ *desenvolvimento baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades*” (Lei do ambiente Art.º10). Entretanto a situação actual mostra justamente o contrário. Os capitalistas não têm em conta este princípio lei, de garantir a satisfação das necessidades dos ausentes, pois não tem feito “ *o maneio e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais, incluindo o seu reuso, reciclagem, protecção e conservação*” (Art.º 15).

O Ubuntu propõe de igual modo uma racionalidade humana colectiva e relaciona os seres e a natureza contribuindo significativamente para a criação da harmonia, assim o “*Ubuntu é a base para a existência e manutenção de estruturas sócias igualitárias que é, de fato, uma característica necessária para as sociedades humanas modernas*” (MARES DE SOUZA FILHO, UYETAQUE E CHICO, 2021:22). Pelo seu carácter colectivo o Ubuntu é um meio eficaz para a superação do individualismo característico da erra moderna e convidar-se uma interacção recíproca, simbiótica e colectiva.

3. Responsabilidade e consciência comunicativa

Os fundamentos éticos para uma acção comunicativa com a natureza, são oferecidos pela ética da responsabilidade defendida por Hans Jonas, e esta ética é por sua vez concretizada no campo dialógico pelo agir comunicativo.

Antes de abordar sobre esta responsabilidade, é importante trazer uma breve explicação do significado da comunicação consciente, este é um tipo que não apenas visa informar, é uma comunicação embasada na atenção, responsabilidade e empatia, portanto uma consciência comunicativa é intencional, e não manipuladora, pois não visa garantir objectivos egoístas mas sim o entendimento e o benefício recíprocos, esta consciência ecológica, proporcionada

pela comunicação consciente, irá por sua vez favorecer a relação simbiótica defendida por Seres.

Este diálogo é realizado no mundo da vida, este que é compreendido por Habermas como aquele que “*fornece o pano de fundo para a interpretação das situações e a formação de consenso*” (HABERMAS, 2012:124). Esta responsabilidade e consciência comunicativa têm o crucial papel na pretensão de um equilíbrio e uma possível reconciliação entre o progresso e o desenvolvimento da humanidade, pode-se afirmar que esta comunicação tem em vista a promoção do desenvolvimento sustentável. Este objectivo será possível alcançar só e somente se, a filosofia da técnica (Jonas, 1985:25) for efectivada, pois a tecnologia tornou-se um problema da filosofia na medida em que,

A tecnologia se tornou hoje parte de quase tudo o que diz respeito ao homem viver e morrer, pensar e sentir, agir e sofrer, meio ambiente e coisas, desejos e destino, presente e futuro, enfim, desde que se tornou um problema central e premente para toda a existência do homem na terra, ela também diz respeito à filosofia (JONAS, 1985:25)

O conteúdo substancial da tecnologia é que fornece ao homem o grande poder interventivo, por esta razão é advogada a ideia segundo a qual deve-se cultivar um lado ético da tecnologia, e essa é a responsabilidade do homem. O homem criou os problemas ecológicos que hoje enfrentamos, é facto que ele tem o poder de mitigar e até de erradica-los, a solução está na implementação do agir comunicativo nas relações com o meio externo, pois este agir consubstancia-se como “*um tipo de actividade social que se caracteriza como uso de actos de fala orientados simetricamente por entendimento*”, (HABERMAS, 2012:11).

Entretanto, é necessário que as relações entre os homens sejam desprovidas de coerção para que a relação com o meio seja realizada no campo subjectivo. Este tipo de comunicação resgata o valor moral da natureza outrora subjugado, pois embasa eticamente as intervenções humanas sobre a natureza. A racionalidade comunicativa possibilita a fundamentação de uma teoria da actividade humana fundada em uma relação recíproca, de sucesso e entendimento.

A busca pelo consenso deve ser um limitador, na medida em que, não pode ser um consenso apenas dos deliberantes, esta busca deve ter em conta todos os que são abrangidos pela norma. Esta, “*tem que preencher a condição de que as consequências e efeitos colaterais que previsivelmente resultem de sua observância universal, para a satisfação dos interesses de todo individuo possam ser aceitos sem coacção por todos os concernidos*” (HABERMAS, 1989:147). A validade de uma norma deve levar em consideração os interesses de todos os

seres, sejam humanos, não humanos, presentes ou futuras gerações. A formação de uma cultura ecológica implica o desenvolvimento de uma racionalidade ambiental.

A ética do discurso oferece um procedimento ideal que orienta uma argumentação entre os sujeitos. Esta orientação visa garantir uma racionalidade comunicativa, que não pode utilizar-se da coacção, ou colonização dos meios reguladores dos sistemas, dinheiro e poder.

Inspirado por Kant, Habermas defende que apenas a razão pode ser o instrumento de influência, o que vai diferenciar Habermas de Kant é o facto da razão kantiana ser formada monologicamente e a razão habermasiana é dialógica. O uso da razão exige sua utilização pública para permitir o esclarecimento do público onde encontra a sua validade.

Se a razão comunicativa se torna natural para a sociedade, a opinião (realmente) pública pode influenciar decisões oficiais, que estarão contidas em normas jurídicas, em políticas públicas e em decisões judiciais. Para isso, é necessária a inclusão do maior número possível de pessoas, com oportunidades reais de participação (sem limitações políticas, económicas, sociais ou educacionais) (CUNHA, et al, 2015: 116).

Este procedimento é funcional quando o assunto em questão envolve o meio ambiente, pois esta matéria é rica de significados, ideologias, interpretações e entendimentos científicos, portanto é uma matéria que deve ser transportada para o debate público onde poderá admitir a diversidade de argumentos e pontos de vista que lhe são inerentes, pois as melhores soluções dos problemas ambientais seguem o princípio *leave no one behind*.

Quando se forma uma cultura ecológica na sociedade, ela adquire mais que uma racionalidade comunicativa, como quer Habermas. Ela desenvolve uma racionalidade comunicativo-ambiental, por meio da qual ela busca o consenso através de argumentos que visam à protecção ambiental e, conseqüentemente, ao atendimento dos interesses ambientais dos ausentes à deliberação (CUNHA, et al, 2015:122).

Existe uma complementaridade entre as duas formas de racionalidade, e uma consubstancia-se como o procedimento (razão comunicativa) e a outra como conteúdo (razão comunicativo ambiental). *“Enquanto a primeira apresenta um procedimento para o alcance da validade social do direito, a segunda preenche esse procedimento com aquilo que é necessário para a manutenção de vida no planeta”*. (CUNHA, et al, 2015:122). Pode-se afirmar que a ética do discurso de Habermas é aplicada na razão ambiental de Leff.

A racionalidade comunicativa permite chegar à racionalidade ambiental porque procura proteger nosso quotidiano das influências do dinheiro e do poder, o que, para Habermas, resultaria nos sistemas colonizando o mundo da vida. A junção dessas racionalidades parte de um pano de fundo formado por “um saber que remete à consciência que se levanta acima da evidência do

mundo da vida para colocar à prova sua objectividade, para ser fundamentado e questionado, tematizado e problematizado” (LEFF, 2006:358 citado por CUNHA, *at al* 2015:122).

A comunicação consciente permite a efectivação destas duas racionalidades, e garante simultaneamente a responsabilidade nas intervenções na natureza, pois a racionalidade de Habermas procura promover reconhecimento mútuo entre os actores sociais, garantindo que cada um encontre dentro da esfera pública um espaço onde a sua voz será ouvida e valorizada. Nesta esfera os mais afectados (os pobres) pela crise terão a oportunidade de intervir na formação de políticas públicas de mitigação dos problemas ambientais. Portanto a ética do discurso permite a realização deste intento, na medida em que busca soluções racionalmente por meio da comunicação entre sujeitos iguais na esfera pública que se reconhecem um no outro.

4. Efeitos da crise ecológica em Moçambique

O núcleo da crise na qual nos deparamos actualmente tem sua origem na relação homem e natureza, esta relação tem-se mostrado assaz problemática, José Blaunde filósofo moçambicano afirma que estes dois elementos consubstanciam-se como seres vivos onde a existência do homem depende essencialmente do outro e o ser dependente é o homem pois este não vive fora daquele. “*A Natureza é o primeiro ser vivo e o ser humano participa da vitalidade da Natureza*” (BLAUNDE, 2018:51). Entretanto, a prepotência do género humano fez com que ele se esquecesse dessa dependência e seus actos perigam a manutenção de todos seres bióticos e abióticos do planeta terra.

O intento principal era conhecer a natureza para poder descrevê-la e compreender os mistérios por detrás de seus fenómenos bem como garantir segundo Blaunde (2018:56), a adaptação do meio ambiente. “*O Homem é uma criatura que está constantemente em busca de si mesmo*” e que, a cada instante, deve examinar minuciosamente as condições da sua existência” (BLAUNDE, 2018:57).

A busca por sua significação e o exame das condições da sua existência é feita na natureza e fora dela o homem não tem a base material que lhe permite satisfazer suas necessidades mais básicas. Contudo o tipo de relação estabelecida (instrumental) que coisifica a natureza, deixou o planeta em um estado crítico de degradação, esta crítica situação tem em grande medida afectado os mais desfavorecidos e os mais vulneráveis.

Segundo Severino Ngoenha (2022:13), o século XXI configura-se como o século do meio ambiente. O problema ecológico tem afligido o planeta Terra, contudo, o desflorestamento na Amazónia, o degelo dos glaciares e a subida do nível do mar, fenómenos climáticos como Idai, Kenneth e as demais catástrofes no meio ambiente têm tornado Moçambique o epicentro da atenção mundial, enquanto terreno de provas de cientistas e de todos ecologistas do mundo, está cada vez mais claro que as mudanças climáticas são uma realidade.

As alternâncias entre secas e cheias que continuam a martirizar-nos, levaram Moçambique a ser declarado o país mais exposto as mudanças climáticas do mundo passando, desde dois mil e vinte e um, de sétimo a primeiro país mais vulnerável às mudanças climáticas do mundo, ultrapassando assim países como o Porto Rico, Myanmar, Haiti, Filipinas. Se tudo acontecer como a ciência meteorológica prevê, nos próximos 10 anos vamos ter muitos Kenneths e Idais a martirizar o nosso território (NGOENHA, 2022:13).

Moçambique é um país com uma vasta costa, o que tem agravado ainda mais a situação de vulnerabilidade e ameaça de extinção das cidades costeiras como Beira, Xai-Xai, Quelimane e outras cidades construídas ao longo da costa da nossa bela República, estas como afirma Ngoenha foram construídas como base militares contra a aprovação de engenheiros pelo perigo que elas sofrem pela sua localização. Entretanto o cenário é agravado pelo drama que o país vive.

O primeiro drama moçambicano são as mudanças climáticas que atentam directamente sobre a nossa sobrevivência como país, sem que tenhamos qualquer capacidade, nem interferir sobre o descongelamento dos glaciares, nem tecnologias para substituir as energias fósseis por energias renováveis. O segundo dilema moçambicano é que nos últimos 20 anos, todos os nossos grandes projectos se centraram em energias fósseis: as areias pesadas de Gaza, o gás de Temane, o carvão de Moatize para terminar com a exploração do petróleo e do gás quer no sul, sobretudo no norte do país (NGOENHA, 2022:14).

O dilema moçambicano Ngoenha (2022:15) consubstancia-se na sua alta exposição às mudanças climáticas, e por ter optado ou por ter sido obrigado a enveredar pela via da exportação e no uso de energias fósseis como forma de alavancar a sua economia. *“Com as mudanças climáticas, o risco de morte e desaparecimento de milhões de concidadãos nossos é real, mas sem o maná do gás e do petróleo a nossa morte, do ponto de vista económico e social também é real”* (NGOENHA, 2022:15). Este drama mostra que como moçambicanos o risco de extinção, tanto económica assim como social é inevitável.

Portanto que opção tem como nação? Com a economia de exportação entramos do incremento da nossa vulnerabilidade às mudanças climáticas hipotecando conscientemente a

nossa vida, além disso rompemos o consenso com a comunidade internacional⁴, caso não aproveitemos os nossos recursos naturais será difícil erradicar a desnutrição da população moçambicana. “*A questão aporética que temos pela frente é simples na sua hedionda dramaticidade: ou morremos de inundações, ou de poluição ou de fome*” (NGOENHA, 2022:15).

A comunidade internacional tem enveredado esforços para mitigar a emissão de gases com efeito estufa por conta dos danos que tem causado na camada de ozono, um protector natural dos raios ultravioletas nocivos para o ser humano, esta camada tem impedido com que estes raios entrem em contacto com a superfície terrestre, contudo a grande quantidade dos gases com efeito estufa na atmosfera tem criado um buraco significativo nesta camada, esta fenda começou na era do antropoceno, como Ngoenha diz na era modernoceno⁵. Foi nesta época na perspectiva de Ngoenha (2022:16), que a actividade humana começou a modificar a composição do clima.

Não obstante Moçambique fazer a extracção dos seus recursos naturais, o país não dispõe de equipamento e técnicas suficientes para entrar no grupo dos maiores poluidores do mundo, podemos com isso afirmar que Moçambique é apenas receptor das consequências das mudanças climáticas, assim como todos os países do sul.

As grandes potências têm como forma de reconciliação desembolsado financiamentos destinados a protecção ambiental, comprando quotas de carbono dos países menos poluentes para adquirir legitimidade para continuar a emitir gases que danificam o planeta. Essas acções são vistas como benéficas, no entanto como Habermas afirma, existe um agir estratégico latente, que se reveste de bondade enquanto esconde interesses egoístas.

As organizações como WWF, EWCO, UICN, aceleram financiamentos para a conservação de florestas e da biodiversidade nos países do Sul. Os financiamentos visam promover e /ou estender os parques, tirar as pessoas que vivem em seu interior sem preverem a forma como esses homens, considerados doravante caçadores furtivos mas que na verdade, não abatem indiscriminadamente animais, não comercializam chifres, não fazem caça desportiva, não têm carros cheios de gasolina para visitar os Krügers e só caçam para satisfazer suas necessidades primárias das suas famílias. Tais

⁴ A comunidade internacional realizou em 2021 a COP de Glasgow onde pela primeira vez chegou ao consenso de banir as energias fósseis, nesta COP, apareceram dísticos que denunciaram todo e qualquer financiamento para a exportação de gás em Moçambique, e na sequência disso está em curso um processo movido por uma ONG contra o financiamento da exploração de gás no Rovuma.

⁵ Severino Ngoenha afirma não ser justa a designação antropoceno quando se refere as causas por detrás do problema ecológico, porque segundo ele o termo antropoceno diz respeito a todos os seres humanos. Enquanto nem todos os seres humanos (civilizações) contribuíram para o desencadeamento desta crise, o termo adequado tendo em conta a justiça climática seria Modernoceno ou Ocidentaloceno

peças são supostas garantir a sobrevivência das suas famílias. Enquanto os motores a combustão dão espectáculos com os rallys de carros, motos e até o turismo espacial se vai expandindo, os africanos são impedidos de sobreviver, que é o que acontece quando se re-introduzem felinos em espaços hoje habitados por pessoas (NGOENHA, 2022:22).

Os financiamentos de preservação ambiental revelam a pretensão de um neocolonialismo, não somente em África como também na América, o intento do presidente Mácron de colocar a floresta da Amazónia como uma jurisdição internacional, é um exemplo claro deste intento, a criação de parques em África é também um exemplo que denuncia a pretensão de um novo colonialismo. *“Essa forma de colonialismo é, na verdade, a re-actualização e modernização de uma história começada no último quarto do século XIX, nunca completamente abandonada. Convencidos de ter encontrado em África a natureza desaparecida na Europa”* (NGOENHA, 2022:22).

Portanto, a crise ecológica tem impactado negativamente a vida dos moçambicanos, ela não somente tem destruído as infra-estruturas pouco resilientes como também tem forçado o deslocamento das populações de suas habitações agravando o índice de pobreza, pois essas famílias que em muitos casos são obrigados a viver em lugares de reassentamento, perdem suas fontes de renda que garantia a sobrevivência de suas famílias.

Este impacto é ainda pior quando observado no prisma psicológico, essas famílias que em um dia tinham suas vidas seguindo o curso normal e no outro dia tem duas vidas submergidas pelas águas dos ciclones, das cheiras e suas fontes de renda (que em muitos casos é a agricultura), destruídas pelas águas ou pelas cheias. Pelo seu índice de vulnerabilidade a nação moçambicana tem sofrido psicologicamente com as bruscas mudanças climáticas que afectam significativamente a sua realidade. Além das chuvas e dos ciclones, essas famílias devido as secas prolongadas, o que também vai condicionar a prática da agricultura.

5. O compromisso ético da eco-crítica de Mia Couto

A questão ecológica que tem desencadeado problemas ambientais em todo planeta é um problema que tem apoucado a todos nós, e a solução para este problema não está na responsabilidade dos cientistas, dos ecologistas ou dos ambientalistas, mas sim de todos nós, há uma necessidade de se repensar eticamente a relação entre humanos e natureza, o substrato do problema ecológico incide precisamente esta relação que se revelou conflituosa.

Importa neste momento trazer a filosofia e a literatura como ferramentas para se repensar a segurança e a sustentabilidade do planeta, a eco-crítica oferece-nos uma abordagem literária que nos permite reflectir criticamente elementos ecológicos patentes nestas obras, a descrição da natureza e a relação que esta estabelece com os personagens. Portanto a eco-crítica consiste em ler e interpretar obras literárias à luz da ecologia e questões ambientais

Mia Couto, escritor e biólogo moçambicano é autor de várias obras que abordam esta questão, é nítida a preocupação que ele nutre pela natureza, na sua obra *Mar me quer*, Mia Couto apresenta a natureza como força superior, onde céu e mar não são apenas cenários mas sim entidades vivas com poder de desafiar e castigar.

Já sei por que nos proíbem voar sobre o oceano. E foram, aos milhares, bandos ansiosos por verem a sua imagem. Nunca, sobre o mar, se haviam formado tais nuvens: feitas de plumas, ágeis de suster peso. Foi então que estalou a tempestade, castigo dos divinos deuses. Os relâmpagos rasgavam as aves, como facas luminosas. Milhares de asas tombaram nas ondas e foram ganhando embalo das correntes, como se continuassem viagens em líquidas vagas. Assim, da asa nasceu a onda, da pluma nasceu a espuma (COUTO, 2000:19).

Mia Couto denuncia o antropocentrismo, além disso, em suas obras reflecte sobre a violência da modernidade e do excesso de ambição dos homens. A ilusão de um domínio e controlo da natureza é desvendada nos contos da obra *mar me que*, pois aqui a natureza mostra-se soberana e indomável com poder de castigar os seres. Portanto Mia Couto, usando uma linguagem metafórica e poética, mostra a força implacável da natureza e a fragilidade da vida.

A natureza é por um lado, descrita como um organismo vivo, *“em algum lugar, lá no longe, a maré está-se a virar, o oceano se cambalhota na mudança das marés. Enquanto não recebia sinal desse reviramento ele se mantinha sem nenhuns modos nem pestanejo”* (COUTO, 2000:20). E por outro lado o ser humano é descrito como um predador irresponsável na linguagem de Michel Serres um parasita.

Dona Luarmina sempre quisera saber o motivo de eu me dedicar na matança das gaivotas. Coitados, dizia ela, são pássaros cheios de brancura, enfeitando o céu de sonhos marinhos. Mas porquê, Zeca, por que essa raiva? Sendo um homem de abarrotar coração, como podia empreender tamanha maldade nos inocentes bichos? (...). Eu sabia quanto ela sofria com minha perseguição à passarada. Com pena do gaivotame sabem o que ela fez? Fabricou uma gaiola onde meteu dezenas delas. Às noites, meu sono nem tocava o fundo. Dormiam só partes de mim, não eu todo, completo. (...). Até que, numa dessas insónias, penetrei pelo escuro de gasolina, raiva e fósforo. O fogo é uma paixão: num segundo tudo se consome. As gaivotas, prisioneiras, pareciam lenços brancos acenando num poente. Se extinguíam, embrulhadas

em chama e luz, demasiada luz para se manterem voando. Até que, não mais restando senão cinzas, me retirei, antes que fosse visto (COUTO, 2000:24-25).

O compromisso da eco-crítica reside no facto de contribui de maneira significativa para a conscientização ambiental e de usar uma linguagem metafórica para alertar não somente os cidadãos mais letrados mas também para as comunidades por meio da oralidade. Os escritos de Mia Couto oferecem uma visão diferente daquela defendida pelo ocidente de uma natureza artefacto e sensibiliza por meio de contos a protecção ambiental e o cuidado com a natureza.

6. A função das narrativas ecológicas na re-significação da educação ambiental

A educação é uma ferramenta que se transforma tendo em conta os objectivos e interesses de uma determinada sociedade, pelo que é com isso justificado o seu dinamismo ao longo da história da humanidade, na modernidade como afirma Durkheim (2011:44), a educação tinha em vista a formação do homem epistemológico, por esta razão a pedagogia do método e das técnicas de ensino tornam-se a base do processo educativo, uma vez que a educação a tem em vista a formação do homem para servir a sociedade, a pedagogia vai ser alterada tendo em conta os objectivos de cada sociedade, o moderno quis formar o homem epistemológico, científico, metodólogo, e pode-se afirmar que ela foi feliz em seus intentos. Contudo pretende-se formar hodiernamente o homem ecológico, e para isso faz-se necessário resignificar a educação para a formação do homem que queremos, um homem que olha a natureza não como artefacto mais sim um sujeito digno de direitos.

Portanto, a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tábula quase rasa sobre a qual esta deve construir novamente. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar uma vida moral e social. Esta é a obra da educação, cuja grandeza podemos reconhecer. Ela cria um novo ser no homem (DURKHEIM, 2011:50).

A educação é uma prática essencialmente social, isto é, ela não ocorre a margem da sociedade, mas ela é transmitida dentro da sociedade das gerações mais velhas para as gerações mais novas desprovidas de qualquer conhecimento, a educação é o meio pelo qual a sociedade prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência. Durkheim destaca dois elementos nesse processo *“para que haja educação é preciso que uma geração de adultos e uma de jovens se encontrem face a face e que uma acção seja exercida pelos primeiros pelos segundos”* (DURKHEIM, 2011:55).

As narrativas na qualidade de educação não formal têm um papel fundamental no despertar de uma consciência ecológica nas futuras gerações, a educação ambiental será inculcada nas gerações mais novas pelas mais velhas, que irão aprender a cuidar do meio ambiente ainda em tenra idade, e quando se tornarem adultos, teremos com isso capitalistas que não se baseiam somente na lógica do lucro, mas que dar continuidade na preservação do meio ambiente promovendo uma economia circular e o desenvolvimento sustentável.

A incorporação das narrativas como auxiliares da educação promove a inclusão de saberes ditos periféricos e favorece o cumprimento do agir comunicativo fundamentado pela ética do discurso, pois os deliberantes terão a possibilidade de definir seus planos de acção cooperativamente tendo em conta uns aos outros no horizonte de um mundo da vida compartilhado e na base de interpretações comuns da situação, o agir comunicativo permite o reconhecimento de todos indivíduos que compõem o tecido social sem discriminação, assumindo papel de ouvinte e falante, *“o entendimento através da linguagem funciona da seguinte maneira: os participantes da interacção unem-se através da validade de suas acções de fala ou tomam em consideração os dissensos constatados”* (HABERMAS, 1990:72).

O agir comunicativo é o garante das relações entre os homens dentro de uma sociedade que se pretende ser justa. Este agir culmina com a liberdade que é um dos pressupostos para a formulação de políticas ambientais justas e inclusivas, pois cada um terá a liberdade por meio da linguagem de exteriorizar seus pensamentos.

Portanto Habermas propõe uma teoria do agir comunicativo embasado na ética, uma ética do discurso que confere dentro da comunicação intersubjectiva o entendimento mútuo, entretanto, o entendimento que aqui se busca não é necessariamente o entendimento entre os seres humanos, mas sim com a natureza, Habermas afirma que não será possível tal empreitada sem que as relações entre os homens sejam livres e sem coerção, por causa disso há uma necessidade de se descolonizar⁶ o mundo da vida para que os actores sociais possam agir livremente gozando dos mesmos direitos como ouvinte e falante na interacção social.

Quando este intento for alcançado os homens poderão enxergar a natureza como um ser de direitos, e a exploração e a extracção serão eticamente embasadas, promovendo desse modo

⁶ Há esta necessidade porque a colonização é feita pelos subsistemas (poder e dinheiro) onde temos entidades como o estado e a mercado que controlam as relações sociais. Esta colonização interfere na esfera onde deveria ser mediada somente pela linguagem. Os detentores do poder estatal e económico elaboram políticas que apenas beneficiam uma minoria da sociedade e prejudicam a maioria, e acima de tudo estas políticas são excludentes e injustas. Por isso com a descolonização do mundo da vida, os actores sociais poderão reconhecer o outro como sujeito de interacção.

“interacções nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de acção, o acordo alcançado em cada caso mediando-se pelo reconhecimento intersubjectivo das pretensões de validade” (HABERMAS, 1989:79).

Portanto pode-se inferir que, a ética que norteia o discurso tem uma fundamentação dialógica e consensual. Sendo assim o problema ecológico como já foi referido, surge da relação parasitária que o homem moderno estabeleceu, e não apenas subjugou a natureza como também o seu semelhante, o homem. Esta ética pode restabelecer um entendimento entre os homens (detentores do poder económico e as comunidades) e conseqüentemente poderá firmar um contracto com a natureza, onde terá que se comprometer em reparar os danos que causou, emitindo menos gases de efeito estufa e reflorestando o planeta.

As soluções para este problema como foi referenciado não serão criadas monologicamente, mas sim dialogicamente, com os que mais são afectados por esta crise, co-criando soluções, numa primeira fase localmente, e posteriormente globalmente, esta co-criação irá permitir com que os mais vulneráveis aos problemas ecológicos sintam-se parte da solução por terem influenciado a criação de algumas políticas de preservação e prevenção ambiental, e sejam em última estância guardiões ambientais responsáveis por transmitir o bom relacionamento com a natureza para as gerações vindouras. Portanto as narrativas que serão criadas pela comunidade irão permitir com que os mais novos aprendam a preservação ambiental antes de frequentar o ensino formal, onde terão continuidade dentro de um âmbito científico.

7. Desafios e oportunidades da implementação da teoria do agir comunicativo

Faz décadas que o problema ecológico tornou-se o centro das atenções e tema central de debate em grandes conferências mundiais, no nosso século a humanidade tem sentido cada vez mais na pele os efeitos dessas bruscas mudanças. Pretende-se nesta etapa analisar os desafios e as oportunidades que surgem ao examinar a crise ecológica sob perspectiva da comunicação e da formação de consensos, bem como apresentar as críticas lançadas à Habermas. Ele é criticado pela base que usou para a formação da sua teoria, acusando-o de desenvolver um pensamento ocidentalizado com o qual fundamentou um princípio de universalização que vai por sua vez reger o mundo de vida, onde ocorrem as interacções linguisticamente mediadas.

Um dos principais autores que problematizaram a teoria do agir comunicativo é Jean-François Lyotard que milita contra o universalismo, Michel Foucault é contra a ideia de que a

comunicação e livre de dominação, mostrando que todos os discursos são atravessados por relações de poder e Axel Honneth discípulo, e representante da terceira geração da escola de Frankfurt e sucessor de Habermas.

Na sua obra *lutas por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, Honneth sustenta que a identidade pessoal e social é construída por meio de relações de reconhecimento recíproco, Habermas é criticado por ter reduzido a vida social ao aspecto comunicativo, deixando de lado desse modo, a dimensão moral-afectiva das experiências das injustiças, “*Habermas abstrai de modo unilateral o momento conflituoso das interações sociais, colocando no centro da sua teoria apenas potenciais de consenso da comunicação linguística*” (HONNETH, 2003:26). Para Honneth, Habermas reduziu os sujeitos em meros participantes racionais em busca de entendimento, enquanto na realidade os indivíduos carregam necessidades de reconhecimento que não podem ser reduzidas ao plano discursivo. “*A luta por reconhecimento representa um processo moral-prático mais elementar do que o agir comunicativo, porque antecede e fundamenta a possibilidade de uma formação discursiva de consensos*” (HONNETH, 2003:43).

Entretanto, a teoria do reconhecimento de Honneth desagua no agir comunicativo de Habermas, na medida em que considera que os problemas contemporâneos podem ser enfrentados por meio da racionalidade comunicativa, pois pode criar espaços livres de coerção para deliberação democráticas de onde podem ser alcançados consensos sobre políticas ambientais assegurando que todos afectados possam participar livremente da deliberação. Na agir comunicativo os interlocutores estão dispostos a abrir mão de seus planos de acção que poderiam justificar sua interacção social, e se deixam influenciar por argumentos e razões proferidos por outros, que reivindicam validade e são capazes de convence-los a adoptar outras acções.

O reconhecimento recíproco obtido em Honneth por meio de lutas de classe que são o motor da mudança e superação das injustiças sociais já é previsto no substrato da teoria habermasiana pela sua dimensão dialógica e reconhecimento mútuo entre os sujeitos que buscam uma norma válida socialmente. “*Às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de acção, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjectivo das pretensões de validade*” (HABERMAS 1989:79). As injustiças sociais são colmatadas na aplicação efectiva do agir comunicativo que abarca a componente da justiça social e a igualdade entre os sujeitos.

Ao estudar o problema ecológico à luz do agir comunicativo temos um campo teórico fértil para minimizar significativamente as rivalidades entre as grandes potências na formação e implementação das políticas de preservação e prevenção ambiental. As diferenças políticas, económicas e culturais dificultam a formação de consenso em torno do problema ecológico na sua face das mudanças climáticas que tem destruído a vida de milhares de pessoas, e os mais afectados são os jovens que não terão um espaço equilibrado para a satisfação das suas necessidades. O agir comunicativo contribui significativamente para que as potências deixem de lado seus interesses egoístas para trabalhar em conjunto para diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

Nesta senda comunicativa de se estudar a questão ecológica sob âmbito dialógico, a Filodramática do filósofo Bissau-guineense Filomeno Lopes nos permite responder a este problema tendo em conta o nosso contexto. Lopes usa a Filodramática para promover uma pedagogia sensível de educação para a paz, reconciliação e diálogo. O filósofo africano, como advoga Lopes, tem a imprescindível tarefa de usar o conhecimento que adquiriu para servir a sua comunidade tendo em conta o seu contexto histórico e cultural.

Daí a necessidade do filósofo, africano neste caso, hoje de aprender a trabalhar em equipa, de forma interdisciplinar e intercultural, se deseja contribuir à causa da batalha para o triunfo da vida sobre a morte em África e pelo mundo fora; em terceiro lugar é o fato que nós somos sempre “nós e as nossas circunstâncias: históricas, culturais” etc. e não podemos prescindir disso. Daí que como africano é sempre um imperativo para mim aprender a pensar com a própria cabeça e a partir do contexto histórico e cultural no qual estamos a viver, mesmo se com a clara consciência de pertencer sempre à um mundo mais global; não podemos porém prescindir do imperativo de pensar os nossos problemas africanos a partir dos paradigmas culturais africanos se o nosso objectivo é responder aos desafios com que estão hoje confrontados os nossos países e povos africanos; no diálogo com os outros se espera de nós uma resposta que só nós enquanto africanos somos capazes de dar e que nenhum outro povo pode oferecer por conta nossa (LOPES, 2017:4-5).

A Filodramática é um conceito comum entre Filomeno Lopes e Severino Ngoenha, que foi desenvolvido como reacção à produção filosófica africana sob cânones euro-centralizados, esta proposta tem em conta os dramas locais dos povos africanos, portanto,

A Filodramática é precisamente uma filosofia que se transforma, antes de mais, numa espécie de pedagogia de escuta do grito do povo caminhando lado a lado com o povo, no meio do povo, procurando no diálogo rítmico, dramático, juntamente com o povo, respostas mais apropriadas aos problemas sociais com que estamos confrontados hoje em dia em África [...]. Trata-se por conseguinte fundamentalmente de uma Pedagogia Filosófica orientada a buscar juntamente com as populações locais (LOPES, 2017:8).

Portanto, ao estudar o problema ecológico sob perspectiva da comunicação racional, tem-se a oportunidade de criação de soluções contextualizadas, pois, os actores sociais ou os deliberantes discutem seus argumentos no mundo de vida. Além de soluções enraizadas nos dramas dos que mais são afectados pela crise, a comunicação racional confere direitos aos mais afectados por esta crise, permitindo com que eles participem da tomada de decisão em assuntos que lhes são inerentes.

CONCLUSÃO

O agir comunicativo de Habermas permite a criação de uma atmosfera favorável para a mitigação dos problemas causados pela relação conflituosa homem e natureza. A relação entre ambos mostra-se problemática porque o homem passou a enxergar a natureza como um objecto que deve ser estudado e explorado para satisfazer as suas necessidades. A teoria do agir comunicativo foi concebida em contraposição a instrumentalização da razão que decorreu na época moderna, esta época é caracterizada pela ruptura total de referências com a época precedente, e a desvalorização com o antigo. A presente pesquisa buscou compreender a crise ecológica dentro da teoria habermasiana da acção comunicativa destacando as possibilidades de uma racionalidade ética e dialógica capaz de enfrentar os desafios ambientais do nosso tempo. A crise da racionalidade moderna é resultante do predomínio da lógica instrumental que transformou a técnica e a ciência em meios de dominação da natureza e dos próprios seres humanos.

Habermas oferece, neste contexto, uma alternativa teórica fundamentada na racionalidade comunicativa, a qual propõe o diálogo, o consenso e o reconhecimento mútuo como fundamento de uma convivência justa e sustentável para com a natureza. A teoria comunicativa desloca o foco do interesse estratégico para o entendimento, permitindo desse modo a reconstrução do vínculo ético entre o ser humano e o mundo natural superando desse modo o modelo antropocêntrico causador dos problemas ambientais.

A análise demonstrou que a teoria do agir comunicativo não se limita ao campo social, mas apresenta-se como um instrumento valioso para repensar as relações ecológica, oferecendo um campo teórico para a criação de uma relação simbiótica com a natureza, esta que deve ser olhada não como um objecto de apropriação e dominação, mas como um sujeito e parceiro de uma interacção linguisticamente mediada. O agir comunicativo confere uma subjectividade e direitos a natureza. Esse reconhecimento consubstancia para a criação de uma relação simbiótica entre o homem e a natureza.

Entretanto o estudo também evidenciou limitações no pensamento habermasiano, sobretudo pela sua matriz eurocêntrica e pela pouca atenção às cosmologias não ocidentais. Nesse ponto as contribuições de Severino Ngoenha, Filomeno Lopes e Mia Couto revelam-se fundamentais na compreensão deste problema sob uma perspectiva africana, estas contribuições são fundamentais pois introduzem uma dimensão simbólica e comunitária que complementa a proposta habermasiana. Ngoenha chama atenção para o desvio da lógica

moderna, que passou de instrumento de libertação a mecanismo de opressão, alterando para a necessidade de uma razão ética-africana, Ngoenha propõe uma relação fundada no respeito e na reciprocidade. A superação da crise ecológica requer não apenas transformações tecnológicas e políticas, mas sobretudo mudanças no modo de pensar e comunicar, é necessário promover uma racionalidade comunicativa que una o saber científico à sabedoria local, as comunidades são as que sofrem em primeira estância com os problemas ecológicos, sobretudo com as mudanças climáticas, tomando como exemplo os ciclones que temos registado em Moçambique, as comunidades sofreram com as enchentes e perderam suas moradias e suas fontes de renda, a ciência e técnicas têm essa missão de promover um diálogo com as comunidades e incluí-las nos processos de tomada de decisão e elaboração de políticas ambientais, a vantagem de incluir as comunidades reside no facto delas disporem de conhecimentos locais que são importantes na preservação ecológica, além disso essas comunidades poderão desenvolver um sentimento de pertença por sentirem que sua voz foi reconhecida e são parte da solução, o agir comunicativo favorece esse reconhecimento e essa co-criação de soluções ecologicamente sustentáveis, e serve sobretudo de embasamento ético para as relações entre os homens e também para com a natureza.

Desse modo, o contributo dessa monografia consiste em demonstrar que o agir comunicativo, reinterpretado à luz das filosofias africanas, pode fundamentar uma nova ética ecológica, uma ecologia do diálogo e do cuidado capaz de orientar práticas sustentáveis e inclusivas e culturalmente enraizadas, a filodramática de Filomeno Lopes é um exemplo claro de uma filosofia que serve como um instrumento válido, vital, para penetrar nas dificuldades e nos problemas do continente africano, e sobretudo, para procurar delinear possíveis respostas aos imensos problemas com que estamos hoje confrontados, dentro da conjuntura geopolítica mundial na qual vivemos como africanos. A filodramática ao procurar respostas culturalmente enraizadas oferece uma atmosfera crucial para a criação não apenas de um agir comunicativo que pressupõe o reconhecimento entre os deliberantes mas sobretudo um agir comunicativo endógeno e desse modo supera a tradição e o modelo eurocêntrico que o agir comunicativo de Habermas carrega.

Portanto, a mudança de atitude é urgente, o planeta no qual vivemos está a colapsar e não temos um planeta B, se a situação actual não for revertida as chances do planeta dispor recursos para a satisfação das necessidades vindouras é reduzido, o cuidado para com o planeta é da responsabilidade dos seres humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John. (1990). *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Sousa Filho. Porto Alegre, Artes Medicas.
- BAUMAN, Zygmunt. (1997). *O Mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____. (2007). *Vida para o consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar.
- BLAUNDE, José. (2018). *A Filosofia do conhecimento científico de Gaston Bachelard: uma urgência para a epistemologia africana?* Maputo, Imprensa Universitária.
- BOFF, Leonardo. (2004). *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro, Sextante.
- CAPRA, Fritjof. (1982). *Ponto de mutação*. Trad. Álvaro Cabral. [s.n/s.l].
- CARSON, Rachel. (1962). *Primavera Silenciosa*. Trad. Raul de Polillo, São Paulo, Portico, 2ª edição.
- CASTANON, Gustavo. (2007). *Introdução à epistemologia*. [s.n/s.l].
- COUTO, Mia. (1998). *Mar me quer*. Portugal, Caminho.
- CUNHA, Belinda Pereira. (2015). *Os saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico: visitando a obra de Enrique Legg*. Caxias do Sul, Educus.
- DURKHEIM, Émile. (2011). *Educação e sociologia*. Trad. Lourenço Filho. Petrópolis, Vozes
- FILHO, Agripino Alexandre dos Santos. (2011). *Crise Ambiental e Habermas: um enfoque sistemático*. São Cristóvão, [s.n].
- HABERMAS, Jürgen. (1968). *Técnica e ciência como ideologia*. Trad. Artur Morão. Lisboa, Edições 70.
- _____. (1980). *A Crise de legitimação no capitalismo tardio*. Trad. Vamireh Chacon, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1987). *A Nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas*. Trad. Carlos Alberto Marques Novae
- _____. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____. (1990). *Pensamento pós-metafísico*: estudos filosóficos. Trad. Flávio Bento Siebeneichler. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

_____. (2012). *Teoria do agir comunicativo*: racionalidade da acção e racionalidade social. Trad. Paulo Astos Soete, São Paulo, Martins Fontes.

_____. (2010). *O Futuro da natureza humana*: a caminho de uma eugenia liberal? Trad. Karina Jannini. 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes.

HONNETH, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo, [s.n].

JONAS, Hans. (2006). *O Princípio responsabilidade*: ensaios de uma ética para a civilização tecnológica. Trad. Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro, Contraponto.

_____. (1985). *Técnica, medicina e ética*. [s.n/s.l].

Lei do ambiente. (1997). Lei n.º 20/1997 de 1 de Outubro

LOPES, Marcos Carvalho. (2017). *Filosofia a partir dos PALOP*: entrevista com Filomeno Lopes. [s.n/s.l].

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. (1848). *O Manifesto comunista*. Trad. Ridendo Castigat More. São Paulo, [s.n].

MARX, Karl. (1996). *O Capital*: crítica da economia política. Trad. Círculo do livro Ltda. São Paulo, Editora Brasil.

MEAD, George. (1934). *Mind, Self and society*: from the standpoint of a social behaviourist. [s.n/s.l].

NGOENHA, Severino Elias. (1993). *Das independências às liberdades*. Maputo, Paulinas.

_____. (1994). *O Retorno do bom selvagem*: uma perspectiva filosófico-africana do problema ecológico. Porto, Salesianas.

_____. (2022). *O Retorno do bom selvagem*: uma perspectiva filosófico-africana do problema ecológico, Maputo, Ethale, 2ª edição.

PECORARO, Rossano. (2009). *Os filósofos*: clássicos da filosofia. Rio de Janeiro, Vozes.

SERRA, Carlos e CUNHA, Fernando. (2003). *Manual do direito do ambiente*. Maputo, [s.n].

SERRES, Michel. (1990). *O Contrato natural*. Trad. Serafim Ferreira. Lisboa, Instituto Piaget.

SILVA, Gustavo de Melo. (2019). *A Teoria do agir comunicativo na perspectiva de Jürgen Habermas: implicação filosófico-educativas para a redução dos litígios sociais*. Maceió. [s.n/s.l].

WEBER, Max. (2004). *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo, Companhia das Letras.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1968). *Tractatus lógico-filosófico*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo, Editora Nacional.

_____. (1999). *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo, Nova Cultural.